



*Lar e Família*



*Viagem*



*Saúde*



*Automóvel*

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2013.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., desde a sua constituição em 1993, tem apresentado uma contínua trajectória ascendente. Ao longo do exercício de 2013 manteve a tendência dos anos anteriores, crescendo de forma sustentada.

Paralelamente à sua expansão no mercado interno, iniciou em 1997 o seu projecto de internacionalização com a abertura de uma empresa no Brasil, projecto esse posteriormente alargado ao mercado argentino e chileno.

Apresentamos de seguida os principais indicadores relativos às empresas integrantes das contas consolidadas do presente exercício.

## 1- EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012 (reexpresso)	2012
Activo	109.486	104.200	50.053
Capital Próprio	59.041	54.262	15.005
Passivo	50.445	49.938	35.048
Prémios brutos emitidos	52.410	52.396	52.396
Resultado líquido do exercício	4.040	2.797	2.797

Nota: dados retirados das contas individuais

Após um período de intenso crescimento, tendo duplicado a sua produção de 2008 para 2011, a Europ Assistance em 2013 consolidou o patamar de actividade alcançado, com o registo de 52,4 milhões de euros de prémios brutos emitidos. Esta performance permitiu a manutenção da liderança do mercado de assistência em Portugal, que havia sido conquistada no ano de 2011, cumprindo assim o objectivo traçado para o exercício que agora terminou.

Com efeito, a base de clientes conquistada ao longo destes anos foi preservada através de um permanente e intenso trabalho de acompanhamento e de procura das melhores soluções para atender às necessidades sentidas pelos clientes. Procurou-se diversificar a oferta, através de produtos inovadores e da aposta em desenvolver linhas de negócio diversas do automóvel, como a saúde e lar & família.

No exercício de 2013 verifica-se um ligeiro acréscimo do rácio de sinistralidade que, de 79,4 por cento em 2012, passa para 81,3 por cento em 2013. Foram abertos mais de 975 mil processos de assistência, dos quais cerca de 460 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu mais de 2,1 milhões de chamadas.

Ao nível dos custos e gastos de exploração prosseguiu-se com a política de racionalização e optimização de recursos, que permitiu a obtenção de importantes poupanças e redução de gastos.

A política de investimentos adoptada pela Europ Assistance em 2013 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus accionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos activos. A carteira reparte-se por cerca de 55% de obrigações de taxa fixa, das quais 26% relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã e supranacionais, e cerca de 30% de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2013 manteve-se uma exposição a acções na ordem dos 9%. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “BBB” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de perto de 10 por cento. No final do exercício, o peso total de aplicações em entidades portuguesas é residual, representando pouco mais de 1 por cento da carteira de investimentos.

O resultado financeiro regista uma significativa melhoria face ao exercício anterior, para o qual contribuiu o recebimento de cerca de 1,5 milhões de euros de dividendos das filiais.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2013	2012
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	63.949.918	57.797.449
Activos disponíveis para venda	34.621.403	33.513.650
Empréstimos e contas a receber	1.919.865	2.162.950
	<u>100.491.186</u>	<u>93.474.049</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	2013	2012
Acções		
. Cotadas	-	-
Obrigações		
. Cotadas	29.127.877	29.350.452
Unidades de participação		
. Cotadas	4.561.849	3.273.878
. Não cotadas	931.677	889.320
	<u>34.621.403</u>	<u>33.513.650</u>

O quadro de colaboradores sofreu uma redução, fruto da política de racionalização e optimização de recursos que tem vindo a ser seguida. Registou-se um decréscimo de 3,9 por cento no número médio de trabalhadores (322 em 2013 e 335 em 2012) e um decréscimo de 4,3 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (315 em 2013 e 329 em 2012).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 4.040 milhares de euros, o que representa um crescimento homólogo superior a 44 por cento.

**2- As contas consolidadas, seguindo o método da consolidação integral, integram as seguintes empresas:**

Empresas do grupo	Participação (em %)
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	99,99%
Ponte Alta - SGPS Unipessoal, Lda.	100,00%
Europ Assistance Macau, LDA	70,00%
Europ Assistance Argentina, S.A.	56,09%

## 2.1 - EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	3.263	3.567
Capital Próprio	996	955
Passivo	2.267	2.612
Vendas e serviços prestados	3.640	3.218
Resultado líquido do exercício	642	646

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2013 alcançou um volume de negócios superior a 3,6 milhões de euros, reflectindo um crescimento de 13,1 por cento relativamente ao exercício anterior. Este crescimento resultou fundamentalmente da comercialização de um novo produto destinado a companhias de seguros.

A actividade da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** continua centrada na prestação de serviços de *call center* e de assistência (principalmente assistência automóvel), na gestão de sinistros e na gestão de contratos de extensão de garantia automóvel. Os principais clientes são as gestoras de frotas automóvel, as empresas de rent-a-car, as marcas automóvel, os grupos de retalho automóvel e as companhias de seguros.

A estrutura da empresa tem-se revelado adequada à sua actividade, adoptando-se uma política que se rege simultaneamente por uma preocupação com a flexibilidade e racionalização dos recursos alocados e por assegurar que a qualidade dos serviços prestados alcança o nível de excelência que nos caracteriza e que o mercado nos reconhece.

O exercício de 2013 da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** encerrou com um resultado líquido de 642 mil euros, em linha com o verificado no exercício anterior (646 mil euros em 2012).

## 2.2 - PONTE ALTA, SGPS, UNIPESSOAL, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	15.568	16.567
Capital Próprio	15.554	16.517
Passivo	14	50
Vendas e serviços prestados	-	-
Resultado líquido do exercício	3.009	2.952

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2013 a **Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.** (adiante designada Ponte Alta, ou Sociedade) encerrou o exercício com um resultado líquido próximo dos 3 milhões de euros, o que representa um acréscimo ligeiro face ao ano anterior (cerca de 2,95 milhões de euros em 2012), resultantes, na quase totalidade, da aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas, no montante de 2,99 milhões de euros (2012: 2,96 milhões de euros).

Os investimentos financeiros em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a participações em entidades do Brasil (50,00%), Macau (70,00%), Argentina (56,10%) e Chile (28,79%).

## 2.3 - EUROP ASSISTANCE MACAU, LDA.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	46	49
Capital Próprio	46	49
Passivo	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-

Nota: dados retirados das contas individuais

A constituição da empresa em Abril 1998 teve como objectivo principal a presença num novo mercado que se perspectiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer actividade.

#### 2.4 - EUROP ASSISTANCE ARGENTINA, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	6.225	4.936
Capital Próprio	881	1.000
Passivo	5.344	3.936
Prémios brutos emitidos e serviços prestados	17.022	15.938
Resultado líquido do exercício	194	278

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Buenos Aires e actua no mercado argentino de assistência e em outros mercados da América Latina e Central, como é o caso da Venezuela.

A filial Argentina volta a reforçar a sua quota de mercado, apresentando um crescimento considerável, que se traduziu num volume de negócios de 126 milhões de pesos argentinos (17 milhões de euros) e num resultado líquido de 1,4 milhões de pesos argentinos (194 mil euros).

A empresa Argentina reforçou a sua quota de mercado, captando novos clientes que abrem excelentes perspectivas futuras de negócio apesar do ambiente de dificuldades económico-financeiras provocadas pelas altas taxas de inflação registadas.

**3 - As contas consolidadas, seguindo o método de equivalência patrimonial, integram as seguintes empresas:**

2013

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	28,79%

2012

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	18,15%

Durante o exercício de 2011, a Companhia subscreveu um lote adicional de acções da Europ Assistance, S.A. (Chile), correspondente a cerca de 25,50 por cento do respectivo capital social, pelo montante de 51.571 euros. No exercício de 2013, a Companhia liquidou este lote adicional pelo montante de 105.577 euros.

### 3.1 - EABS – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PARTICIPAÇÕES, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	29.371	29.318
Capital Próprio	29.282	29.298
Passivo	89	20
Resultado líquido do exercício	5.641	5.653

Nota: dados retirados das contas individuais

A Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. empresa Brasileira detida em 100% pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. apresentou uma excelente performance,

prossequindo com a sua dinâmica de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de R\$ 421 milhões (146 milhões de euros) – 8,8 por cento acima do ano anterior (em moeda local) - e um resultado líquido de R\$ 16 milhões (5,6 milhões de euros) – 6,3 por cento superior a 2012 (em moeda local).

A CEABS Serviços, S.A., empresa detida em 50 por cento pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A., no seu segundo ano completo de actividade, registou um volume de negócios de cerca de R\$ 34 milhões (12 milhões de euros), evidenciando um Activo de R\$ 22,97 milhões (7,5 milhões de euros) e um Capital Próprio de R\$ 6 milhões (1,8 milhões de euros), o qual inclui um Resultado Líquido do Exercício positivo de R\$ 1,24 milhões (431 milhares de euros).

### 3.2 - EUROP ASSISTANCE, S.A. Y FILIAL (CHILE)

(valores expressos em milhares de euros)

	2013	2012
Activo	2.402	1.910
Capital Próprio	497	235
Passivo	1.905	1.675
Prestações de serviços	7.167	4.384
Resultado líquido do exercício	215	222

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Santiago do Chile e actua no mercado chileno de assistência.

A Europ Assistance Holding (França) detém igualmente uma participação directa de 28,79% no capital da sociedade chilena (2012: 18,15%).

No exercício de 2013, a Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile) obtém resultados positivos e alcança um volume de negócios superior a 7 milhões de euros, representativo de um crescimento de 63% da sua actividade.

#### 4 PERSPECTIVAS PARA 2014

Em 2014, a actividade económica deverá apresentar uma recuperação moderada, traduzida num crescimento do PIB de 0,8 por cento, que reflecte a evolução projectada para o sector privado, uma vez que deverá continuar a observar-se uma contracção da actividade no sector publico. A procura interna continuará a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho. As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. A taxa de inflação deverá crescer moderadamente, estima-se que a uma taxa de 0,8 por cento, reflectindo um contexto em que as pressões inflacionistas externas e internas deverão manter-se contidas, num quadro de recuperação moderada da economia mundial e de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que em 2014 a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos accionistas. Para que tal seja possível, deverá insistir-se na política de retenção de clientes aliada a uma permanente atenção à componente de gastos, procurando racionalizar recursos sem comprometer os níveis de qualidade do serviço de excelência que é imagem de marca da Europ Assistance. Irá manter-se a forte aposta na inovação, tanto ao nível da oferta comercial como da optimização de processos. Na área internacional, prevê-se que 2014 seja mais um ano de crescimento de actividade e melhoria da rentabilidade.

Lisboa, 23 de Abril de 2014

**O Conselho de Administração:**

**Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha**

**Martin Vial**

**José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva**

**Manrico Iachia**

**Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga**

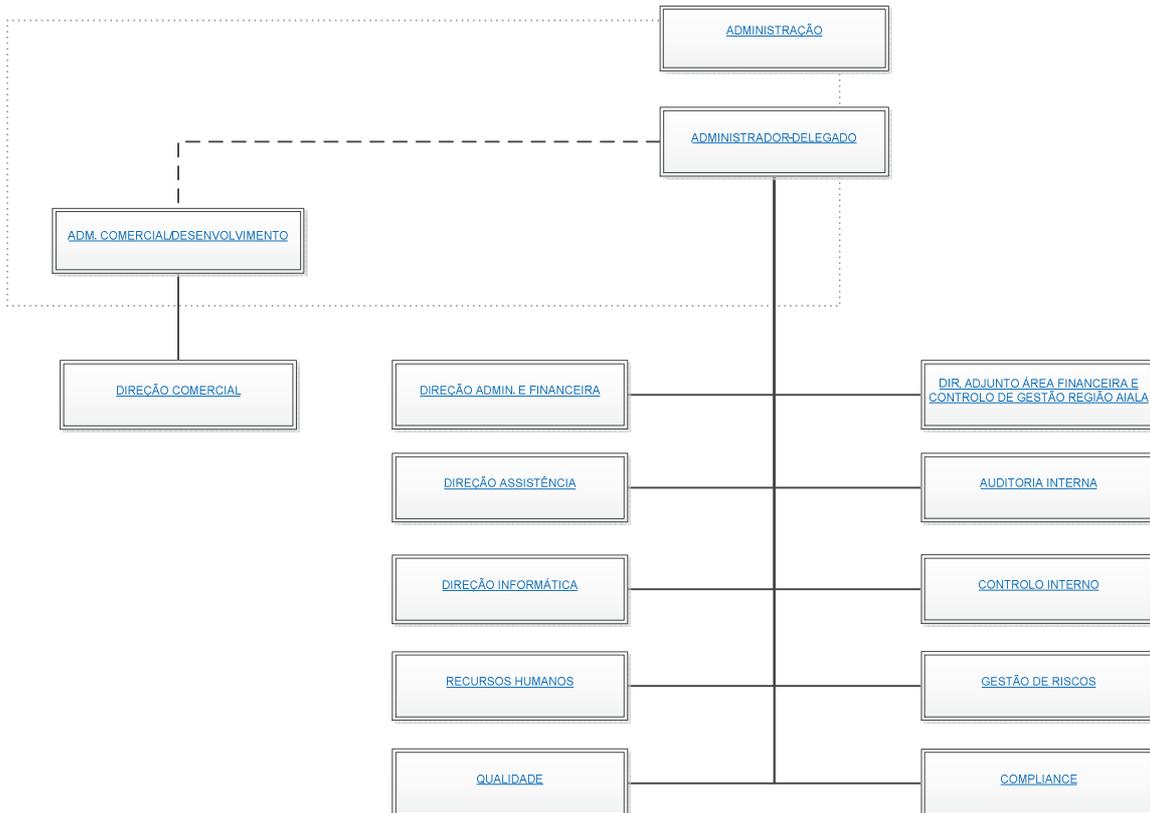
**Odile Collignon**

**Paolo Vagnone**

## RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 7 membros, dos quais 2 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

### I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

#### A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

##### 1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
  
- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

## 2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

### 2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

### 2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se

inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

### **2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento**

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

### **2.4. Benefícios**

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

## B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

## C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

## II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente. A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 23 de Abril de 2014

**O Conselho de Administração:**

**Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha**

**Martin Vial**

**José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva**

**Manrico Iachia**

**Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga**

**Odile Collignon**

**Paolo Vagnone**

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	2013		2012	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
18	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.793.270	-	2.793.270	5.764.140
19	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14.784.295	-	14.784.295	14.691.577
20	Activos financeiros detidos para negociação	2.090.033	-	2.090.033	1.584.605
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
21	Activos disponíveis para venda	34.621.403	-	34.621.403	33.513.650
22	<b>Empréstimos e contas a receber</b>	<b>1.919.865</b>	-	<b>1.919.865</b>	<b>2.162.950</b>
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.919.865	-	1.919.865	2.162.950
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	<b>Terrenos e edifícios</b>	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
23	Outros activos tangíveis	5.277.788	(4.281.524)	996.264	1.108.286
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
24	Outros activos intangíveis	945.873	(877.645)	68.228	84.304
25	<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>198.392</b>	-	<b>198.392</b>	<b>477.027</b>
	Provisão para prémios não adquiridos	166.484	-	166.484	436.940
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	31.908	-	31.908	40.087
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
16 e 26	<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	<b>11.680.543</b>	<b>(886.794)</b>	<b>10.793.748</b>	<b>10.494.531</b>
	Contas a receber por operações de seguro directo	4.957.386	(795.977)	4.161.408	4.076.194
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.676.584	(7.975)	4.668.609	4.228.500
	Contas a receber por outras operações	2.046.573	(82.842)	1.963.731	2.189.837
27	<b>Activos por impostos</b>	<b>743.436</b>	-	<b>743.436</b>	<b>524.296</b>
	Activos por impostos correntes	163.855	-	163.855	266.402
	Activos por impostos diferidos	579.580	-	579.580	257.894
28	Acréscimos e diferimentos	214.108	-	214.108	245.554
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>75.269.006</b>	<b>(6.045.964)</b>	<b>69.223.042</b>	<b>70.650.919</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2013	2012
	<b>PASSIVO</b>		
8 e 25	<b>Provisões técnicas</b>	<b>30.522.064</b>	<b>29.949.658</b>
	Provisão para prémios não adquiridos	19.145.056	19.594.073
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	<b>11.129.201</b>	<b>10.100.502</b>
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	11.129.201	10.100.502
	Provisão para participação nos resultados	247.807	255.083
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	<b>Outros passivos financeiros</b>		
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	76.214	293.896
31	<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	<b>3.285.361</b>	<b>3.873.405</b>
	Contas a pagar por operações de seguro directo	64.472	133.349
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.111	1.777
	Contas a pagar por outras operações	3.218.778	3.738.280
27	<b>Passivos por impostos</b>	<b>2.231.010</b>	<b>2.515.091</b>
	Passivos por impostos correntes	1.997.953	2.144.529
	Passivos por impostos diferidos	233.057	370.562
28	Acréscimos e diferimentos	4.401.684	4.621.403
32	Outras provisões	82.490	117.057
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>40.598.822</b>	<b>41.370.510</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
33	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000
33	Reservas de reavaliação	<b>(1.887.146)</b>	<b>1.616.307</b>
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	879.459	1.316.897
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	(2.766.606)	299.410
33	Reserva por impostos diferidos	(233.057)	(348.978)
33	Outras reservas	1.262.931	979.135
10 e 33	Resultados transitados	13.293.892	9.879.963
	Resultado do exercício	6.185.938	6.199.737
	Dividendos antecipados	(900.000)	-
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>28.222.558</b>	<b>28.826.164</b>
34	Interesses minoritários	401.662	454.244
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	<b>28.624.220</b>	<b>29.280.408</b>
	<b>TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>69.223.042</b>	<b>70.650.919</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2013			2012
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>68.356.490</b>	-	<b>68.356.490</b>	<b>65.183.296</b>
5 e 6	Prémios brutos emitidos	67.880.528	-	67.880.528	66.353.172
5 e 6	Prémios de resseguro cedido	(13.545)	-	(13.545)	319
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	759.964	-	759.964	(991.783)
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(270.457)	-	(270.457)	(178.412)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>(54.757.613)</b>	-	<b>(54.757.613)</b>	<b>(52.047.152)</b>
5 e 7	Montantes pagos	<b>(53.720.736)</b>	-	<b>(53.720.736)</b>	<b>(49.414.619)</b>
	Montantes brutos	(53.831.920)	-	(53.831.920)	(49.565.533)
	Parte dos resseguradores	111.184	-	111.184	150.914
5, 7 e 25	Provisão para sinistros (variação)	<b>(1.036.878)</b>	-	<b>(1.036.878)</b>	<b>(2.632.533)</b>
	Montante bruto	(1.028.699)	-	(1.028.699)	(2.596.976)
	Parte dos resseguradores	(8.179)	-	(8.179)	(35.558)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
	<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
8 e 25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(105.641)	-	(105.641)	(158.375)
5, 9 e 10	<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>(10.822.976)</b>	-	<b>(10.822.976)</b>	<b>(11.591.862)</b>
	Custos de aquisição	(5.840.299)	-	(5.840.299)	(6.517.914)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(310.947)	-	(310.947)	98.759
	Gastos administrativos	(4.671.729)	-	(4.671.729)	(5.172.707)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
	Custos e gastos por natureza a imputar	(0)	-	(0)	-
5 e 11	<b>Rendimentos</b>	<b>659.537</b>	<b>108.903</b>	<b>768.440</b>	<b>838.544</b>
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	659.537	108.903	768.440	838.543
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	0
5 e 12	<b>Gastos financeiros</b>	<b>(42.120)</b>	<b>(6.145)</b>	<b>(48.266)</b>	<b>(181.972)</b>
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(42.120)	(6.145)	(48.266)	(181.972)
5 e 13	<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>	<b>358.620</b>	-	<b>358.620</b>	<b>189.554</b>
	De activos disponíveis para venda	358.620	-	358.620	189.554
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
5 e 14	<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>	-	<b>36.858</b>	<b>36.858</b>	<b>113.267</b>
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	36.858	36.858	94.539
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	18.729
15	Diferenças de câmbio	(30.318)	141.755	111.437	(86.558)
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>	-	-	-	-
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	192.264	-	192.264	223.947
16	Outras provisões (variação)	(756.373)	(61.132)	(817.505)	(109.991)
17	Outros rendimentos/gastos	-	1.767.524	1.767.524	2.988.893
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	2.882.109	2.882.109	2.866.655
19	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>3.051.870</b>	<b>4.869.872</b>	<b>7.921.742</b>	<b>8.228.246</b>
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.408.202)	(218.154)	(1.626.356)	(1.687.452)
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(23.425)	(23.425)	(218.493)
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	<b>1.643.667</b>	<b>4.628.294</b>	<b>6.271.961</b>	<b>6.322.300</b>
34	Interesses minoritários	-	(86.022)	(86.022)	(122.563)
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.643.667</b>	<b>4.542.271</b>	<b>6.185.938</b>	<b>6.199.737</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Instrumentos financeiros compostos		Outros instrumentos de capital		Reservas de Reavaliação				Reserva por diferenças diferidas	Outras reservas		Resultados transitados do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL	
		Instrumentos financeiros compostos	Outros instrumentos de capital	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva por diferenças diferidas	Reserva legal	Outras reservas								
		7.500.000															
	<b>Posição financeira a 31 de Dezembro de 2012 (balanço de abertura)</b>																
	Correções de erros (IAS 8)																
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)																
33	Posição financeira de abertura alterada																
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)																
33 e 34	Resultado líquido do período (2)																
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)																
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos																
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda																
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio																
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis																
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos intangíveis																
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa																
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira																
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio																
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)																
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio																
	<b>Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)</b>																
	<b>Operações com detentores de capital (5)</b>																
	Reembolso de prestações acessórias																
	Transacção de acções próprias																
	Distribuição de reservas																
	Distribuição antecipada de lucros																
	Outras operações com detentores de capital (5)																
33	<b>Resultado líquido do período, líquido de imposto (1) + (4) + (5)</b>																
	<b>Posição financeira a 31 de Dezembro de 2013</b>																

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Instrumentos financeiros compostos			Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação				Reserva por inspeções diferidas	Outras reservas	Resultados transitados do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva legal	Outras reservas								
		7.500.000	-	3.000.000	-	(323.876)	2.096.564	85.827	797.871	-	6.118.779	5.043.505	24.318.672	397.089	24.715.761		
34	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2011 (balanço de abertura)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posição financeira de abertura alterada	7.500.000	-	3.000.000	-	(323.876)	2.096.564	85.827	797.871	-	6.118.779	5.043.505	24.318.672	397.089	24.715.761		
34 e 35	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	182.322	-	3.761.183	(3.943.505)	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	1.640.773	-	(434.806)	-	-	-	-	-	-	1.205.967	-	1.205.967
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 34	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(1.058)	-	-	-	-	-	(1.798.212)	(85.407)	(1.883.619)
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	1.640.773	(1.797.154)	(434.806)	(1.058)	-	6.199.737	6.607.492	57.156	5.664.646			
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de variações do período, líquido de imposto (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	1.640.773	(1.797.154)	(434.806)	181.264	-	3.761.183	1.156.232	4.497.492	57.156	4.554.646		
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2012	7.500.000	-	3.000.000	-	(316.897)	299.410	(348.978)	978.135	-	9.879.963	6.199.737	26.826.166	454.244	29.280.410		

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2013	2012
	Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários	<b>6.271.961</b>	<b>6.322.300</b>
21	Outro rendimento integral do exercício		
	Activos financeiros disponíveis para venda	<b>(437.438)</b>	<b>1.640.773</b>
	Ganhos e perdas líquidos	(898.797)	2.199.120
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	-	-
	Imparidade	-	-
	Alienação	461.359	(558.347)
27	Impostos	115.922	(434.806)
33	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	(3.206.632)	(1.863.619)
	Benefícios pós-emprego	-	-
	<b>TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>2.743.812</b>	<b>5.664.648</b>
34	Atribuível a interesses minoritário	<b>(52.582)</b>	<b>57.156</b>
	<b>Atribuível aos accionistas</b>	<b>2.796.394</b>	<b>5.607.492</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRECTO	2013	2012
<b>Actividade Operacional</b>		
Prémios de seguro directo recebidos	18.574.983	19.232.728
Prémios de resseguro aceite recebidos	48.071.468	49.055.479
Prémios de resseguro cedido pagos	(13.211)	2.096
Participação nos resultados paga	(112.917)	(204.496)
Sinistros de seguro directo e resseguro aceite pagos	(43.333.374)	(38.776.204)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	111.184	150.914
Pagamentos ao pessoal	(12.423.177)	(12.668.360)
Pagamentos a fornecedores	(10.033.488)	(10.331.683)
Outros fluxos de caixa operacionais	2.725.962	2.184.941
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	809.757	832.048
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	328.301	116.955
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	(1.026.717)	(3.262.908)
Títulos de rendimento fixo	(894.274)	(4.868.910)
Juros pagos	-	(259)
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.993.241)	(1.538.554)
<b>Fluxos das Actividades Operacionais</b>	<b>791.256</b>	<b>(76.214)</b>
<b>Actividades Investimento</b>		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	(105.577)	-
Dividendos recebidos de empreendimentos conjuntos	-	943.744
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(101.484)	(261.636)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	500	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
<b>Fluxos das Actividades de Investimento</b>	<b>(206.561)</b>	<b>682.109</b>
<b>Actividades Financiamento</b>		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(3.400.000)	(1.100.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(600)	(195)
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>(3.400.600)</b>	<b>(1.100.195)</b>
<b>Varição de caixa e equivalentes</b>	<b>(2.815.905)</b>	<b>(494.300)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>(154.964)</b>	<b>(62.446)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início</b>	<b>5.764.140</b>	<b>6.320.886</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim</b>	<b>2.793.270</b>	<b>5.764.140</b>
<b>Varição no exercício</b>	<b>(2.970.870)</b>	<b>(556.746)</b>

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

**3. NOTAS EXPLICATIVAS  
INTEGRANTES DAS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**



## 1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência", "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2014.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória que tiveram início a 1 de Janeiro de 2013. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira consolidada da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

## ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

### Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2014 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 40. Estas Normas serão adoptadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

### Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

#### a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmento geográfico a Companhia elegeu os seguintes segmentos:

- Portugal;
- Argentina.

#### b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada moeda funcional. Nas contas consolidadas os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em euros, a moeda funcional da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

Em cada data de balanço, os activos e passivos das entidades consolidadas pelo método de consolidação integral cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os capitais próprios são mantidos ao seu valor histórico e os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

Em cada data de balanço, o capital próprio das entidades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

### c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **d) Outros activos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

#### **e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das Sociedades.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas ou empreendimentos conjuntos utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os investimentos em filiais são contabilizados pelo método de consolidação integral.

## f) Activos financeiros

### i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

### ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

### iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam

desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até à maturidade" são também permitidas.

#### v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de “default” do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

No exercício de 2013, os critérios de reconhecimento de imparidade foram alterados, sendo os mesmos mais prudentes, de acordo com as alterações prosseguidas pelo Grupo Europ Assistance. A alteração destes critérios não gerou qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Outros activos - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ISP, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

#### **g) Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)**

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### i) Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

#### j) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

#### k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 9).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2013, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos (2012: 8%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não

declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2013 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2013 (2012: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2012). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2012: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

## **I) Resseguro**

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

#### **m) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **n) Benefícios concedidos aos empregados**

##### **i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)**

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador (assinado em 23 de Dezembro de 2011, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do Espírito Santo Fundo de Pensões.

##### **ii) Benefícios de saúde**

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

##### **iii) Bónus de desempenho**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia

no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

#### **iv) Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

#### **p) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

#### **q) Locações**

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os

---

benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

### 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e resseguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 25.

---

#### **b) Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 10.

#### **c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 21.

#### **d) Imposto sobre lucros**

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela empresa-mãe e das restantes entidades portuguesas individuais dentro do perímetro de consolidação durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **e) Prémios brutos emitidos**

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2013 ascendeu a 4.390 milhares de euros (mês de Dezembro de 2012: 3.910 milhares de euros).

#### 4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas incluídas no perímetro de consolidação e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

2013					
Nome/Sede	Classificação	Participação directa	Direito de voto	Participação efectiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,90%	99,90%	99,90%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 149 - 8º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Los Conquistadores 1700 Piso 8, Oficina 8B Santiago do Chile - Chile	Empresa associada	d)	25,50%	28,79%	Equivalência patrimonial
2012					
Nome/Sede	Classificação	Participação directa	Direito de voto	Participação efectiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,90%	99,90%	99,90%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 149 - 8º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Los Conquistadores 1700 Piso 8, Oficina 8B Santiago do Chile - Chile	Empresa associada	d)	25,50%	18,15%	Equivalência patrimonial

a) A constituição da empresa em Abril 1998 teve como objectivo principal a presença num novo mercado que se perspectiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer actividade.

b) Em 2012, a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. é detida pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. em 50% (na sequência da deliberação aprovada pela Gerência da Sociedade em 30 de Julho de 2012 ocorreu a fusão da Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. (Sociedade Incorporante) com a Primeira Cruz, SGPS, Lda. (Sociedade Incorporada)).

A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. detém participações nas seguintes Sociedades:

	<u>Percentagem de participação</u>
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.	100%
CEABS Serviços, S.A.	50%

c) A Europ Assistance Argentina, S.A. é detida em 56,10% pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda..

d) A Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. detém uma participação efectiva de 28,79% (2012: 18,15%) na Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile).

A Europ Assistance, S.A. (Chile) detém 100% da Europ Servicios Spa (Chile).

No exercício de 2013 foi realizado o montante de 105.576,94 Euros relativo ao aumento de capital subscrito no exercício de 2011.

De seguida são apresentados os principais dados financeiros das Sociedades consolidadas:

2013					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	109.485.757	50.444.938	59.040.819	52.886.050	4.039.741
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	3.263.410	2.267.085	996.325	3.639.741	641.658
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	15.568.240	14.412	15.553.828	-	3.008.520
Europ Assistance Macau, Lda.	46.473	407	46.066	-	46
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. ***	29.371.133	88.795	29.282.338	-	5.640.696
Europ Assistance Argentina, S.A.	6.225.149	5.344.052	881.098	17.021.636	194.436
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.402.147	1.905.055	497.092	7.167.003	214.503

\* Inclui o resultado líquido do exercício

\*\* As contas individuais da Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. alteraram a política contabilística, passando a valorizar os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor de acordo com a IAS 39.

\*\*\* As contas individuais destas entidades foram reexpressas em 2013 pelo ajustamento no resultado líquido da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.

2012					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	50.052.760	35.047.787	15.004.973	51.225.712	2.797.475
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	3.566.505	2.611.839	954.666	3.218.340	646.124
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	16.567.143	49.864	16.517.279	-	2.951.603
Europ Assistance Macau, Lda.	48.548	425	48.123	-	48
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. **	29.318.427	20.587	29.297.840	-	5.652.894
Europ Assistance Argentina, S.A.	4.939.438	3.939.887	999.550	15.937.630	277.651
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	1.910.476	1.675.453	235.023	4.384.468	221.529

\* Inclui o resultado líquido do exercício

\*\* As contas individuais destas entidades foram reexpressas em 2012 pelo ajustamento no resultado líquido da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM 2013 E 2012

Fusão entre a Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. e a Primeira Cruz, SGPS, Lda.

Em 29 de Junho de 2012 foi registada a escritura de fusão por incorporação da Primeira Cruz, SGPS, Lda. ("Primeira Cruz") na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.. Os activos e passivos da Primeira Cruz foram incorporados na Ponte Alta em 1 de Janeiro de 2012, data a partir da qual a fusão produziu efeitos jurídicos e contabilísticos, pelo valor que apresentavam nas demonstrações financeiras daquela Sociedade.

Na sequência da deliberação aprovada pela Gerência da Sociedade em 30 de Julho de 2012 ocorreu a fusão da Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. (Sociedade Incorporante) com a Primeira Cruz, SGPS, Lda. (Sociedade Incorporada), mediante a transferência global do património líquido da Sociedade Incorporada para a Sociedade pelo respectivo valor contabilístico na data de produção de efeitos contabilísticos da fusão, e consequente extinção da Sociedade Incorporada.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência", "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 03 de Fevereiro de 1993 e tem a sua sede social na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 10º, 1070-061 Lisboa.

A Sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência personalizados, a pessoas ou sociedades, no domínio da assistência no lar, na sociedade e em viagem (principalmente automóvel) e em quaisquer outras circunstâncias, bem como a prestação de serviços de atendimento telefónico e o fornecimento de produtos e a execução de trabalhos que se afigurem conexos ou complementares com a referida assistência.

A Ponte Alta – SGPS, Unipessoal, Lda. é uma sociedade por quotas constituída em 4 de Junho de 1996, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 10º, 1070-061 Lisboa. A sociedade tem por objecto a gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Europ Assistance Macau, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 7 de Março de 1998, com sede na Av. Dr. Mário Soares, n.º 323 em Macau. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência personalizados.

A EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 4 de Fevereiro de 2009, com sede na Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil. A sociedade tem por objecto a :

- a) Organização e gestão de serviços de credenciamento e filiação de serviços de assistência a pessoas e domicílios;
- b) Organização e gestão de serviços de assistência em viagem, tanto no Brasil quanto no exterior;
- c) Prestação de serviços de natureza complementar e afim; e
- d) Participação no capital de outras sociedades.

A Europ Assistance Argentina, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 5 de Março de 1997, com sede na Carlos Pellegrini 149 - 8º Buenos Aires - Argentina. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência no mercado argentino e em outros mercados da América Latina Central, como é o caso da Venezuela.

A Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) é uma sociedade anónima constituída em 13 de Agosto de 2004, com sede em Los Conquistadores 1700 Piso 8, Oficina 8B Santiago do Chile - Chile. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência médica, em viagem, a veículos e lar, a pessoas e empresas no mercado chileno.

## 5. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os prémios brutos emitidos ascenderam a 67.880.528 euros e 66.353.172 euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal e Argentina.

O relato por segmentos de negócio em 2013 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	28.140	20.889	1.691	3.928	(9.282)
Responsabilidade civil geral	2.322	2.234	64	578	(1.874)
Protecção jurídica	989.468	1.038.496	891.419	98.754	-
Assistência	65.728.615	66.199.057	52.976.484	10.660.046	(58.350)
Perdas pecuniárias diversas	1.131.984	1.379.816	990.961	59.670	(111.490)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67.880.528</b>	<b>68.640.492</b>	<b>54.860.619</b>	<b>10.822.976</b>	<b>(180.996)</b>

O resultado de resseguro é em 2013 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de negócio em 2012 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	5.005	5.701	4.001	452	2.241
Responsabilidade civil geral	2.494	2.555	-	421	(1.922)
Protecção jurídica	1.063.774	1.086.062	900.799	134.835	-
Assistência	64.332.000	63.650.170	50.730.847	11.372.617	(16.230)
Perdas pecuniárias diversas	949.899	616.902	526.861	83.538	(46.825)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66.353.172</b>	<b>65.361.389</b>	<b>52.162.508</b>	<b>11.591.862</b>	<b>(62.736)</b>

O resultado de resseguro é em 2012 uma perda para a Companhia.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

	2013			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	68.356.490	1.038.495	66.144.191	1.173.805
Resultado dos investimentos*	945.718	18.571	906.157	20.990
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(54.757.613)	(891.419)	(52.959.083)	(907.112)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(10.928.616)	(98.754)	(10.765.686)	(64.177)
Outros rendimentos e gastos	(564.108)	-	(564.108)	-
Resultado técnico	3.051.870	66.893	2.761.471	223.506
Activos afectos à representação das provisões técnicas**	38.386.553	1.816.956	33.584.313	2.985.284
Provisões técnicas**	28.693.925	1.358.174	25.104.253	2.231.497

\* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.

\*\* Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

	2012			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	65.183.296	1.086.062	63.595.302	501.933
Resultado dos investimentos*	644.540	13.665	624.559	6.315
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(52.047.152)	(900.799)	(50.692.208)	(454.145)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(11.750.237)	(134.835)	(11.530.992)	(84.410)
Outros rendimentos e gastos	134.468	-	134.468	-
Resultado técnico	2.164.916	64.092	2.131.130	(30.306)
Activos afectos à representação das provisões técnicas**	39.164.902	1.823.183	33.832.784	3.508.935
Provisões técnicas**	28.246.812	1.314.930	24.401.141	2.530.741

\* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.

\*\* Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o resultado técnico por segmento geográfico e por negócio é o seguinte:

	2013			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	52.886.050	1.038.495	50.673.751	1.173.805
Argentina	15.470.439	-	15.470.439	-
	<u>68.356.490</u>	<u>1.038.495</u>	<u>66.144.191</u>	<u>1.173.805</u>
Resultado dos investimentos				
Portugal	945.718	18.571	906.157	20.990
Argentina	-	-	-	-
	<u>945.718</u>	<u>18.571</u>	<u>906.157</u>	<u>20.990</u>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(43.005.546)	(891.419)	(41.207.015)	(907.112)
Argentina	(11.752.068)	-	(11.752.068)	-
	<u>(54.757.613)</u>	<u>(891.419)</u>	<u>(52.959.083)</u>	<u>(907.112)</u>
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(7.614.422)	(98.754)	(7.451.492)	(64.177)
Argentina	(3.314.194)	-	(3.314.194)	-
	<u>(10.928.616)</u>	<u>(98.754)</u>	<u>(10.765.686)</u>	<u>(64.177)</u>
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	223.914	-	223.914	-
Argentina	(788.023)	-	(788.023)	-
	<u>(564.108)</u>	<u>-</u>	<u>(564.108)</u>	<u>-</u>
Resultado técnico				
Portugal	3.435.714	66.893	3.145.316	223.506
Argentina	(383.845)	-	(383.845)	-
	<u>3.051.870</u>	<u>66.893</u>	<u>2.761.471</u>	<u>223.506</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2012			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	51.225.712	1.086.062	49.637.718	501.933
Argentina	13.957.584	-	13.957.584	-
	<u>65.183.296</u>	<u>1.086.062</u>	<u>63.595.302</u>	<u>501.933</u>
Resultado dos investimentos				
Portugal	644.540	13.665	624.559	6.315
Argentina	-	-	-	-
	<u>644.540</u>	<u>13.665</u>	<u>624.559</u>	<u>6.315</u>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(40.674.383)	(900.799)	(39.319.440)	(454.145)
Argentina	(11.372.769)	-	(11.372.769)	-
	<u>(52.047.152)</u>	<u>(900.799)</u>	<u>(50.692.209)</u>	<u>(454.145)</u>
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(8.214.435)	(134.835)	(7.995.190)	(84.410)
Argentina	(3.535.802)	-	(3.535.802)	-
	<u>(11.750.237)</u>	<u>(134.835)</u>	<u>(11.530.992)</u>	<u>(84.410)</u>
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	121.309	-	121.309	-
Argentina	13.159	-	13.159	-
	<u>134.468</u>	<u>-</u>	<u>134.468</u>	<u>-</u>
Resultado técnico				
Portugal	3.102.742	64.092	3.068.956	(30.306)
Argentina	(937.826)	-	(937.826)	-
	<u>2.164.916</u>	<u>64.092</u>	<u>2.131.130</u>	<u>(30.306)</u>

## 6. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2013			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	13.545	14.594	(9.282)	18.857
Responsabilidade civil geral	2.322	-	(1.874)	448
Protecção jurídica	2.386	987.082	-	989.468
Assistência	18.217.919	47.510.695	(2.389)	65.726.225
Perdas pecuniárias diversas	1.124.803	7.181	-	1.131.984
	<u>19.360.975</u>	<u>48.519.553</u>	<u>(13.545)</u>	<u>67.866.983</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	526.997	232.967	(270.457)	489.507
	<u>19.887.972</u>	<u>48.752.520</u>	<u>(284.002)</u>	<u>68.356.490</u>
Ramo técnico	2012			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	5.005	-	2.241	7.246
Responsabilidade civil geral	2.494	-	(1.922)	572
Protecção jurídica	2.489	1.061.285	-	1.063.774
Assistência	17.095.890	47.236.110	-	64.332.000
Perdas pecuniárias diversas	943.050	6.849	-	949.899
	<u>18.048.928</u>	<u>48.304.244</u>	<u>319</u>	<u>66.353.491</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(37.775)	(954.008)	(178.412)	(1.170.195)
	<u>18.011.153</u>	<u>47.350.236</u>	<u>(178.093)</u>	<u>65.183.296</u>

## 7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2013			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	10.142.604	29.643.028	(111.184)	39.674.448
Custos de gestão de sinistros imputados	4.282.640	9.763.648	-	14.046.288
Provisão para sinistros (variação)	81.029	947.670	8.179	1.036.878
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>14.506.272</b>	<b>40.354.347</b>	<b>(103.005)</b>	<b>54.757.613</b>

	2012			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	9.015.685	26.293.509	(150.914)	35.158.280
Custos de gestão de sinistros imputados	4.545.943	9.710.396	-	14.256.338
Provisão para sinistros (variação)	782.128	1.814.848	35.558	2.632.533
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>14.343.756</b>	<b>37.818.753</b>	<b>(115.357)</b>	<b>52.047.152</b>

Ver Nota 9 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

Conta Técnica	2013			2012		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Prémios adquiridos	19.887.972	48.752.520	68.640.492	18.011.153	47.350.236	65.361.389
Proveitos técnicos	19.887.972	48.752.520	68.640.492	18.011.153	47.350.236	65.361.389
Custos com sinistros	14.506.272	40.354.347	54.860.619	14.343.756	37.818.753	52.162.509
Participação nos resultados	72.046	33.595	105.641	26.047	132.328	158.375
Custos de exploração	3.876.754	6.946.222	10.822.976	4.260.066	7.331.796	11.591.862
Custos técnicos	18.455.072	47.334.164	65.789.236	18.629.869	45.282.877	63.912.746
Resultado financeiro	78.573	867.145	945.718	64.454	580.086	644.540
Margem técnica	1.511.473	2.285.500	3.796.974	(554.262)	2.647.444	2.093.183
Rácio de sinistralidade (1)	72,9%	82,8%	79,9%	79,6%	79,9%	79,8%
Rácio de despesas (2)	19,9%	14,3%	15,9%	23,8%	15,8%	18,0%
Rácio combinado (3)	92,8%	97,1%	95,8%	103,4%	95,6%	97,8%
Rácio operacional (4)	92,4%	95,3%	94,5%	103,1%	94,4%	96,8%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

No exercício de 2013 existiu um crescimento na actividade da Companhia de 5,02%, no entanto verificou-se um decréscimo do rácio de despesas que de 18,0 % em 2012, passou para 15,9% em 2013.

No exercício de 2013 verificou-se um aumento dos prémios brutos emitidos na Europ Assistance Argentina de 10.83% o qual foi acompanhado pelo aumento dos custos com sinistros e de exploração em 1,06%.

## 8. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 25).

	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Ramos técnicos				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>255.083</u>	<u>(112.917)</u>	<u>105.641</u>	<u>247.807</u>
	2012			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.204	(204.496)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>301.204</u>	<u>(204.496)</u>	<u>158.375</u>	<u>255.083</u>

## 9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2013	2012
<b>Custos de aquisição</b>		
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.301.631	1.638.067
Custos imputados	4.538.668	4.879.847
Total de custos de aquisição	<u>5.840.299</u>	<u>6.517.914</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	310.947	(98.759)
<b>Custos administrativos</b>		
Custos imputados	4.671.729	5.172.707
Total de custos administrativos	<u>4.671.729</u>	<u>5.172.707</u>
Custos e gastos de exploração líquidos	<u><u>10.822.975</u></u>	<u><u>11.591.862</u></u>

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2013 foi consistente com aquela adoptada em 2012.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2013	2012
Custos com sinistros	14.046.288	14.256.338
Custos de aquisição	4.538.668	4.879.847
Custos administrativos	4.671.729	5.172.707
Custos de gestão dos investimentos	42.120	181.094
Total	<u><u>23.298.806</u></u>	<u><u>24.489.986</u></u>

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2013	2012
Custos com o pessoal	14.905.925	15.580.470
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	691.584	885.526
Publicidade e propaganda	997.990	1.034.245
Deslocações, estadas e despesas de representação	539.411	435.462
Trabalhos especializados	739.483	642.491
Comunicações	605.513	693.933
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	482.956	583.233
Outras rendas e alugueres	381.747	319.148
Conservação e reparação	675.225	581.474
Electricidade	144.566	146.521
Seguros	339.193	331.336
Limpeza, higiene e conforto	80.770	83.346
Avenças e honorários	263.440	241.429
Outros	1.120.497	1.326.232
	<u>7.062.375</u>	<u>7.304.377</u>
Impostos e taxas	909.295	797.936
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	67.937	150.028
Activos tangíveis	311.154	476.081
	<u>379.091</u>	<u>626.109</u>
Comissões de administração de valores (investimentos)	42.120	181.094
	<u>23.298.806</u>	<u>24.489.986</u>

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2013	2012
Remunerações		
- dos órgãos sociais	781.660	1.041.170
- do pessoal	7.524.132	7.367.664
Encargos sobre remunerações	1.669.193	1.583.286
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	88.350	208.235
- Planos de benefícios definidos	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	12.618	97.691
Seguros obrigatórios	698.551	644.823
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	4.423	366.101
Custos com pessoal (Companhia)	<u>10.778.927</u>	<u>11.308.968</u>
Custos com pessoal (Argentina)	<u>4.126.998</u>	<u>4.271.501</u>
	<u><u>14.905.925</u></u>	<u><u>15.580.470</u></u>

No exercício de 2012 foi constituído um custo no montante de 97.691 euros relativo às responsabilidades actuais com o prémio de permanência, de acordo com o estabelecido no CCT de 23 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Conselho de Administração é composto por 7 e 6 elementos, respectivamente, dos quais 2 com funções executivas (Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2013 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 781.660 euros (2012: 1.041.170 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga auferiram remunerações no montante de 457.110 euros e 298.550 euros, respectivamente (2012: 478.900 euros, 375.270 euros). No exercício de 2012, o Administrador executivo João Carlos Nunes Ferverença da Silva auferiu a remunerações no montante de 187.000 euros. A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 120.040 euros (2012: 102.290 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 11.377 euros (2012: 37.013 euros).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Companhia teve, em média, 555 e 563 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2013	2012
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	11	10
Quadros médios	7	23
Profissionais altamente qualificados	47	43
Profissionais qualificados	255	257
<b>Total da Companhia</b>	<b>322</b>	<b>335</b>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	54	48
Europ Assistance Argentina, S.A.	179	180
	<b>555</b>	<b>563</b>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2013 e 2012:

Categoria Profissional	2013	2012
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	3	3
Director Adjunto	7	6
Chefe de Serviços	4	5
Gestor Técnico	4	-
Secretárias	5	5
Coordenador Operacional	21	13
Especialista Operacional	248	207
Assistentes Comerciais	-	7
Programador Informática	-	5
Especialista Operacional - Estagiário	1	57
Técnico	19	18
<b>Total da Companhia</b>	<b>315</b>	<b>329</b>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	78	49
Europ Assistance Argentina, S.A.	178	189
	<b>571</b>	<b>567</b>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados (Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.) e na rubrica e “Outros gastos” (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.). Durante o ano de 2013 foram facturados 60.820 euros (2012: 40.820 euros) para

efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2013 (2012: 11.000 euros).

## 10. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

**Benefícios de curto prazo** – ver nota 9.

**Benefícios pós-emprego:**

### **Plano de Reforma Individual (PIR)**

De acordo com o n.º 1 da clausula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de Dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

### **Plano de contribuição definida**

No exercício de 2013 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 178.377 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se a finalizar o processo de adequação dos Fundos de Pensões existentes para a aquisição de unidades de participação num novo Fundo de Pensões de contribuição definida com capital garantido gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões que respeite o novo CCT celebrado em 23 de Dezembro de 2011.

No exercício de 2012 a Companhia assumiu a responsabilidade de efectuar uma contribuição no montante de 221.321 Euros.

No exercício de 2013 a quantia dos activos do plano de contribuição definida é de 3.401.733 euros. No exercício de 2013 a rentabilidade efectiva agregada do novo fundo foi de 6%.

No exercício de 2012 a quantia dos activos do novo plano totaliza 2.978.422 euros sendo que o mesmo agrega os activos existentes dos Fundos de Pensões existentes anteriormente. No exercício de 2012 a rentabilidade efectiva agregada dos activos que constituirão o novo plano foi de 9,79%.

### Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

## 11. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos são analisados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Rendimentos</b>		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	564.516	597.608
Activos financeiros detidos para negociação		
Juros	12.900	25.967
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Juros	95.021	88.904
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	96.003	126.065
	<u>768.440</u>	<u>838.544</u>

## 12. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 9) no valor de 42.120 euros (2012: 181.094 euros).

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Gastos de investimentos</b>		
Custos imputados - ver nota 9 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	42.120	181.094
	<u>42.120</u>	<u>181.094</u>
Outros gastos financeiros	6.145	878
	<u>6.145</u>	<u>878</u>
	<u>48.266</u>	<u>181.972</u>

### 13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2013 e 2012, como segue:

	2013	2012
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433.513	142.685
Acções e outros títulos de rendimento variável	(74.893)	46.868
	<u>358.620</u>	<u>189.554</u>

### 14. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2012 e 2011, os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	2013	2012
Ganhos líquidos de activos financeiros detidos para negociação	36.858	94.539
Ganhos líquidos de activos e passivos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	18.729
	<u>36.858</u>	<u>113.267</u>

### 15. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	2013	2012
Activos financeiros disponíveis para venda	(30.318)	(72.599)
	<u>(30.318)</u>	<u>(72.599)</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	142.590	1.344
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(835)	(15.303)
	<u>141.755</u>	<u>(13.959)</u>
	<u>111.437</u>	<u>(86.558)</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” relacionados com Activos financeiros disponíveis para venda respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

## 16. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2013 e 2012 a variação decompõem-se como segue:

	2013	2012
<b>Outras provisões (variação)</b>		
Tomadores de seguros	(756.373)	(89.479)
Outros devedores	(61.132)	(20.512)
	<u>(817.505)</u>	<u>(109.991)</u>

## 17. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2013 e 2012 a rubrica "Outros rendimentos/gastos" apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos e ganhos financeiros	32.196	54.328
Ganhos em outros activos tangíveis	1.250	600
Reversão de outras provisões	-	189.083
Outros rendimentos não técnicos:		
Prestações de serviços:		
Mercado interno		
Serviços de "Call Center", Gestão de frota e Assistência Automóvel (a)	3.043.867	2.678.028
Assistência a pedido	360.831	274.598
Mercado externo		
Serviços de "Call Center", Gestão de frota, Assistência Automóvel, gestão e assistência técnica (b)	1.905.908	3.556.525
Assistência a pedido	193.107	237.714
Outros	48.130	148.567
	<u>5.585.289</u>	<u>7.139.443</u>
<b>Outros gastos</b>		
Gastos e perdas não correntes	(72.177)	(239.645)
Outros gastos	(5.324)	(8.269)
Gastos e perdas financeiras	(66.358)	(72.712)
Perdas em activos tangíveis	(926)	(1.001)
Outros gastos não técnicos:		
Custos com pessoal	(1.597.537)	(1.683.611)
Fornecimentos e serviços externos	(1.968.482)	(2.012.397)
Impostos e taxas	(80.698)	(91.630)
Depreciações e amortizações do exercício	(26.262)	(41.285)
	<u>(3.817.765)</u>	<u>(4.150.550)</u>
	<u>1.767.524</u>	<u>2.988.893</u>

(a) No exercício de 2013 a rubrica de “Outros rendimentos – prestações de serviços – mercado interno” apresenta um aumento de 13,66% das prestações de serviços explicadas essencialmente pelo aumento dos serviços de assistência a pedido, transporte de sinistrados e outras prestações de assistência em viagem (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

(b) No exercício de 2013, a rubrica “Outros rendimentos” inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com a filial EA Brasil e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 340.111 euros (2012: 599.134 euros) e 38.766 euros (2012: 39.536 euros), respectivamente.

A actividade da filial Argentina apresenta uma redução de 46,41% no volume de negócios, decorrente da redução das prestações de serviços de call center e do efeito da desvalorização cambial.

#### 18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo da rubrica “Caixa e seus equivalentes” em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Caixa	13.201	12.674
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.780.069	5.751.466
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	<b>2.793.270</b>	<b>5.764.140</b>

## 19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 33).

Os investimentos financeiros nas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
<b>Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:</b>		
<b>Associadas:</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	28,79%	143.126
<b>Empreendimentos conjuntos:</b>		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	14.641.169
		<u>14.784.295</u>
	2012	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
<b>Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:</b>		
<b>Associadas:</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	18,15%	42.657
<b>Empreendimentos conjuntos:</b>		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	14.648.920
		<u>14.691.577</u>

Os dados financeiros das empresas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisados como segue:

2013						
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício	
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.**	29.371.133	88.795	29.282.338	-	5.640.696	
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.402.147	1.905.055	497.092	7.167.003	214.503	
* Inclui o resultado líquido do exercício						
** Os valores apresentados refletem os ajustamentos nos resultados referentes ao mês de Dezembro da participada CEABS e dos auditores da EABSA.						
2012						
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício	
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.**	29.318.427	20.587	29.297.840	-	5.652.894	
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	1.910.476	1.675.453	235.023	4.384.468	221.529	
* Inclui o resultado líquido do exercício						
** Os valores apresentados refletem os ajustamentos nos resultados referentes ao mês de Dezembro da participada CEABS e dos auditores da EABSA.						

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a participação na EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil) reflecte um *goodwill* de 4.867.049 euros e 5.864.365 euros, respectivamente.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 e 2012 são analisados como segue:

	2013	2012
<b>Saldo inicial dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	42.657	2.556
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	14.648.920	14.480.836
	<u>14.691.577</u>	<u>14.483.392</u>
<b>Aumentos de capital</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	105.577	-
<b>Distribuição do resultado líquido do exercício anterior</b>		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	-	(943.744)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	61.761	40.208
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	2.820.348	2.826.447
<b>Actualização cambial</b>		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. ( <i>goodwill</i> )	(997.316)	(698.364)
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. ( <i>participação</i> )	(1.830.782)	(1.016.255)
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	(66.869)	(106)
<b>Saldo final dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos</b>		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	143.126	42.657
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	14.641.169	14.648.920
	<u>14.784.295</u>	<u>14.691.577</u>

## 20. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. aplica os seus excedentes de tesouraria essencialmente, em títulos de rendimento fixo, com maturidade entre 1 e 5 anos, com o objectivo de gerar rendimento no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Unidades de participação	220.966	168.696
Obrigações de dívida pública	-	336.935
Obrigações de outros emissores	1.869.067	1.078.974
	<u>2.090.033</u>	<u>1.584.605</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta Sociedade apresenta o seguinte movimento na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”:

	2013	2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Saldo inicial	1.584.605	826.127
Aquisições	3.363.389	3.208.710
Alienações	(2.880.230)	(2.505.795)
Revalorizações de justo valor	22.269	55.563
Saldo final	<u>2.090.033</u>	<u>1.584.605</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os títulos de rendimento fixo apresentam um montante de juro a receber de 13.096 euros e 12.304 euros, respectivamente (nota 28).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

## 21. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

2013						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.608.320	33.728	-	(12.498)	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.248.567	42.405	-	161.241	-	4.452.213
De outros emissores	19.847.497	101.880	-	127.055	(30.318)	20.046.114
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.889.865	-	-	603.661	-	5.493.526
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>33.594.249</b>	<b>178.013</b>	<b>-</b>	<b>879.459</b>	<b>(30.318)</b>	<b>34.621.403</b>
2012						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.811.777	27.750	-	153.087	-	4.992.614
De outros emissores públicos	5.375.684	54.938	-	321.762	-	5.752.384
De outros emissores	17.977.838	158.217	-	541.998	(72.599)	18.605.454
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.863.148	-	-	300.050	-	4.163.198
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>32.028.447</b>	<b>240.905</b>	<b>-</b>	<b>1.316.897</b>	<b>(72.599)</b>	<b>33.513.650</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(\*) Em 2013 e 2012, o montante de (30.318) euros e (72.599) euros, respectivamente reconhecido em resultados resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 15).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2013	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	-	2.253	14.036	12.839	5.494	<b>34.621</b>

(em milhares de euros)						
2012	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	551	1.879	11.351	15.569	4.163	<b>33.514</b>

Ver nota 36 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

## 22. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2013 e 2012 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.919.865 euros e 2.162.950 euros, respectivamente.

## 23. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

RUBRICAS	2013							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	802.561	666.685	37.539	90.215	-	54.571	85.788	114.417
Máquinas e ferramentas	297.596	242.707	-	32.996	-	29.241	32.996	25.648
Equipamento informático	1.267.120	1.047.590	54.696	162.599	-	103.702	138.526	146.451
Instalações interiores	826.411	546.413	136.027	29.714	-	114.900	25.734	297.145
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	5.495	-	5.495	-
Equipamento hospitalar	24.881	23.168	-	-	-	857	-	857
Outras imobilizações corpóreas	300.930	65.842	-	429	-	227	429	234.860
Despesas em edifícios arrendados	1.793.581	1.612.388	30.922	13.910	-	33.919	12.601	176.886
<b>Total</b>	<b>5.353.963</b>	<b>4.245.677</b>	<b>259.184</b>	<b>329.864</b>	<b>5.495</b>	<b>337.416</b>	<b>301.569</b>	<b>996.264</b>

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

RUBRICAS	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	821.660	659.240	13.606	27.045	5.660	44.675	37.230	135.876
Máquinas e ferramentas	337.876	256.784	5.546	42.553	3.273	31.749	45.826	54.889
Equipamento informático	1.662.578	1.368.596	6.192	401.650	-	142.864	463.869	219.530
Instalações interiores	863.289	545.432	47.228	84.106	-	96.075	95.094	279.998
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	22.311	-	-	-	857	-	1.713
Outras imobilizações corpóreas	293.232	67.757	9.840	1.262	880	227	2.142	235.087
Despesas em edifícios arrendados	1.722.678	1.416.668	70.903	-	-	200.918	5.198	181.193
<b>Total</b>	<b>5.767.078</b>	<b>4.377.672</b>	<b>153.314</b>	<b>556.616</b>	<b>9.813</b>	<b>517.365</b>	<b>649.360</b>	<b>1.108.286</b>

No exercício de 2013 e 2012, o reforço das depreciações do exercício encontra-se reflectido nas rubricas de custos imputados por natureza em 311.154 euros e 476.081 euros, respectivamente (nota 9) e na rubrica “Outros gastos – depreciações do exercício” em 26.262 euros e 41.284 euros, respectivamente (nota 17).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2013 e 2012 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

#### 24. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

Rubricas	2013							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	894.011	809.708	51.861	-	-	67.937	-	68.228
Total	<u>894.011</u>	<u>809.708</u>	<u>51.861</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.937</u>	<u>-</u>	<u>68.228</u>

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

Rubricas	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.266.279	1.140.195	108.767	481.035	-	150.028	480.515	84.304
Total	<u>1.266.279</u>	<u>1.140.195</u>	<u>108.767</u>	<u>481.035</u>	<u>-</u>	<u>150.028</u>	<u>480.515</u>	<u>84.304</u>

Durante os exercícios de 2013 e 2012 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

## 25. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	19.145.056	(166.484)	18.978.573	19.594.073	(436.940)	19.157.133
Provisão para sinistros	11.129.201	(31.908)	11.097.293	10.100.502	(40.087)	10.060.415
Provisão para participação nos resultados	247.807	-	247.807	255.083	-	255.083
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>30.522.064</b>	<b>(198.392)</b>	<b>30.323.672</b>	<b>29.949.658</b>	<b>(477.027)</b>	<b>29.472.631</b>

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	9.120	-	9.120	2.296	-	2.296
Responsabilidade civil geral	535	-	535	477	-	477
Protecção jurídica	379.005	-	379.005	444.276	-	444.276
Assistência	16.702.588	-	16.702.588	16.729.107	(73.363)	16.655.744
Perda pecuniárias diversas	2.053.808	(166.484)	1.887.324	2.417.918	(363.577)	2.054.340
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>	<b>19.145.056</b>	<b>(166.484)</b>	<b>18.978.572</b>	<b>19.594.073</b>	<b>(436.940)</b>	<b>19.157.133</b>

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.715.084 euros (2012: 1.609.413 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2012: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2012: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é analisada como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	600	-	600
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	863.277	-	863.277	759.135	-	759.135
Assistência	7.738.041	(1.350)	7.736.691	7.038.042	(13.380)	7.024.662
Perda pecuniárias diversas	123.165	(30.558)	92.607	76.200	(26.707)	49.493
<b>Sub-total</b>	<b>8.724.484</b>	<b>(31.908)</b>	<b>8.692.575</b>	<b>7.873.977</b>	<b>(40.087)</b>	<b>7.833.890</b>
Provisão para IBNR	1.715.084	-	1.715.084	1.609.413	-	1.609.413
Provisão para gestão de sinistros	689.634	-	689.634	617.112	-	617.112
<b>Total da provisão para sinistros</b>	<b>11.129.201</b>	<b>(31.908)</b>	<b>11.097.293</b>	<b>10.100.502</b>	<b>(40.087)</b>	<b>10.060.415</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a provisão para sinistros da Europ Assistance Argentina, S.A. ascende a 1.828.139 euros e 1.702.845 euros, respectivamente.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos na Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* pagos em 2013 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	660	-	-	(660)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	835.048	439.865	555.517	160.334
Assistência	5.868.715	4.193.472	1.153.198	(522.045)
Perda pecuniárias diversas	83.820	37.682	-	(46.138)
<b>Total</b>	<b>6.788.243</b>	<b>4.671.019</b>	<b>1.708.715</b>	<b>(408.510)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano de 2012 e anteriores.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	Provisão para sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros* pagos em 2012 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	822.297	442.940	365.926	(13.431)
Assistência	4.111.218	3.316.863	921.196	126.841
Perda pecuniárias diversas	72.321	24.126	-	(48.195)
<b>Total</b>	<b>5.005.837</b>	<b>3.783.929</b>	<b>1.287.122</b>	<b>65.215</b>

\* Sinistros ocorridos no ano de 2011 e anteriores.

Nota: Valores anunciados referem-se apenas à entidade Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2013 é analisada como segue:

	2013			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.745	667	(722)	1.690
Responsabilidade civil geral	-	64	-	64
Protecção jurídica	574.946	207.959	108.514	891.419
Assistência	38.487.121	13.627.163	862.201	52.976.485
Perda pecuniárias diversas	721.821	210.435	58.706	990.961
<b>Total</b>	<b>39.785.632</b>	<b>14.046.288</b>	<b>1.028.699</b>	<b>54.860.619</b>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2012 é analisada como segue:

	2012			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.850	1.356	795	4.001
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	585.017	321.452	(5.670)	900.799
Assistência	34.226.449	13.925.082	2.579.316	50.730.847
Perda pecuniárias diversas	495.877	8.449	22.534	526.860
<b>Total</b>	<b>35.309.194</b>	<b>14.256.338</b>	<b>2.596.976</b>	<b>52.162.508</b>

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é analisada como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	247.807	-	247.807	255.083	-	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
<b>Provisão para participação nos resultados</b>	<b>247.807</b>	<b>-</b>	<b>247.807</b>	<b>255.083</b>	<b>-</b>	<b>255.083</b>

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>255.083</u>	<u>(112.917)</u>	<u>105.641</u>	<u>247.807</u>

	2012			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.204	(204.496)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>301.204</u>	<u>(204.496)</u>	<u>158.375</u>	<u>255.083</u>

## 26. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
<b>Contas a receber por operações de seguro directo</b>		
Contas em cobrança	4.957.386	4.279.639
Ajustamentos	(795.977)	(203.445)
	<u>4.161.408</u>	<u>4.076.194</u>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Ressegurados	4.567.749	4.077.585
Resseguradores	108.835	150.914
Ajustamentos	(7.975)	-
	<u>4.668.609</u>	<u>4.228.500</u>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Refacturações a segurados	48.890	51.044
Outros devedores (a)	1.997.683	2.160.901
Ajustamentos	(82.842)	(22.108)
	<u>1.963.731</u>	<u>2.189.837</u>
<b>TOTAL GERAL</b>	<u>10.793.748</u>	<u>10.494.531</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da Companhia à EA Brasil no valor de 317.156 euros, respectivamente (ver nota 17).

## 27. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido em cada um dos países onde opera.

Nas entidades com sede em Portugal, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2013 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (2012: 25%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2012: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual ao lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros à taxa de 3%. A derrama estadual foi criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, actualmente em vigor no art. 87º A do Código do IRC.

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2013 e 2012, desagrega-se da seguinte forma:

	2013	2012
Imposto do exercício	1.626.356	1.687.452
Imposto diferido	23.425	218.493
Impostos sobre lucros	<u>1.649.781</u>	<u>1.905.945</u>

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 21% (2012: 23%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2013	2012
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>7.921.742</b>	<b>8.228.246</b>
<b>Taxa nominal (25%) + Derrama ( 1,5%)</b>	<b>2.099.262</b>	<b>2.180.485</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>1.649.781</b>	<b>1.905.945</b>
Corrente	1.626.356	1.687.452
Diferido	23.425	218.493
Taxa efectiva	20,8%	23,2%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	<b>449.480</b>	<b>274.540</b>
Tributação autónoma	179.936	265.078
Derrama estadual	73.195	64.784
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	23.425	162.010
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	14.225	-
Reversão de provisões tributadas	-	(50.107)
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(763.759)	(759.663)
Benefícios pós-emprego	-	(51.623)
Benefícios fiscais e outros ajustes	(89.942)	(149.594)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	8.034	87.724
Excesso/Insuficiência de estimativa	15.949	10.843
Outras diferenças permanentes	89.457	146.008

No exercício de 2013 e 2012 a rubrica “Imposto corrente inclui imposto diferido activo relativo a provisões para outros créditos e previsão de vendas e imposto diferido passivo para bens em uso relativos à Europ Assistance Argentina, S.A. no valor líquido de 366.695 euros e 88.510 euros, respectivamente.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Activo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre o rendimento	57.040	113.931	375.403	1.047.187
Retenções de imposto na fonte	-	19.815	568.351	509.734
Contribuições para a Segurança Social	-	-	398.760	405.888
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	106.815	132.656	560.166	74.645
Outros impostos e taxas	-	-	95.274	107.075
<b>Total</b>	<b>163.855</b>	<b>266.402</b>	<b>1.997.954</b>	<b>2.144.529</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

	2013	Impacto em CP	Impacto em G&P	2012	Impacto em CP	Impacto em G&P	2011
<b>Impostos diferidos activos</b>							
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios de desempenho	116.958	-	(23.425)	140.383	-	(111.920)	252.303
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	-	-	-	-	(85.827)	-	85.827
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	-	-	-	-	-	(144.621)	144.621
IAS 19 - Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Provisões outros créditos e previsão vendas (Argentina)	462.622	-	345.111	117.511	-	78.458	39.053
<b>Total</b>	<b>579.580</b>	<b>-</b>	<b>321.686</b>	<b>257.894</b>	<b>(85.827)</b>	<b>(178.083)</b>	<b>521.804</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	233.057	115.921	-	(348.978)	348.978	38.048	(38.048)
Bens em uso (Argentina)	-	-	21.584	(21.584)	-	10.052	(31.636)
<b>Total</b>	<b>233.057</b>	<b>115.921</b>	<b>21.584</b>	<b>(370.562)</b>	<b>348.978</b>	<b>48.100</b>	<b>(69.684)</b>
Imposto corrente			366.695			88.510	
Imposto diferido			(23.425)			(218.493)	
<b>Impacto total em Ganhos e Perdas</b>			<b>343.270</b>			<b>(129.983)</b>	
<b>Impacto total em Capital Próprio</b>			<b>(115.921)</b>			<b>(434.805)</b>	

## 28. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

	2013	2012
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>		
Gastos diferidos com rendas	45.815	26.814
Gastos diferidos com seguros	12.531	12.610
Outros gastos diferidos	80.829	90.536
Outros rendimentos a acrescer	2.514	3.790
Juros a receber	13.096	12.304
Outros acréscimos de rendimentos	59.323	99.500
<b>Total</b>	<b>214.108</b>	<b>245.554</b>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos com remunerações	2.136.950	2.190.044
Receita antecipada diferida	383.153	410.722
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados (a)	1.171.104	1.126.768
Rendimentos diferidos (b)	710.477	893.869
<b>Total</b>	<b>4.401.684</b>	<b>4.621.403</b>

(a) A rubrica “Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados” apresenta uma variação que diz respeito essencialmente à aumento dos acréscimos de custos com trabalhos especializados, rendas e comunicações e custos com prestação de serviços estimados da Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A..

(b) Na rubrica “Rendimentos diferidos”, estão registados os valores recebidos referentes aos contratos para os quais a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. já assumiu a responsabilidade, e onde a mesma é extensível por mais do que um ano.

## 29. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Rubricas	2013		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	14.784.295	14.784.295
Outros investimentos financeiros	38.188.162	3.236.409	41.424.571
Outros activos	198.392	12.815.784	13.014.176
	<u>38.386.554</u>	<u>30.836.488</u>	<u>69.223.042</u>

Rubricas	2012		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	14.691.577	14.691.577
Outros investimentos financeiros	38.687.875	4.337.469	43.025.344
Outros activos	477.027	12.456.971	12.933.998
	<u>39.164.902</u>	<u>31.486.017</u>	<u>70.650.919</u>

## 30. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contribuição para Fundo de Pensões	-	221.321
Prémio de Permanência	76.214	72.575
	<u>76.214</u>	<u>293.896</u>

### 31. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
<b>Contas a pagar por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	36.962	69.747
Mediadores	27.510	63.602
	<u>64.472</u>	<u>133.349</u>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	2.111	1.619
Ressegurados	-	159
	<u>2.111</u>	<u>1.777</u>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
ESAF (a)	-	1.327.827
Fornecedores	302.324	311.913
Pessoal	153.852	57.428
Credores diversos (b)	1.945.439	1.230.625
Refacturação Gestão de Usados (c)	817.163	810.487
	<u>3.218.778</u>	<u>3.738.280</u>
<b>TOTAL</b>	<u><u>3.285.360</u></u>	<u><u>3.873.405</u></u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Contas a pagar por outras operações – ESAF” refere-se a operações com títulos pendentes de liquidação.

(b) Em 31 de Dezembro de 2013 o aumento na rubrica “Credores diversos” diz respeito ao acréscimo de actividade e consequentemente de saldos a pagar na EA Argentina.

(c) A rubrica de “Refacturação Gestão de Usados” apresenta um aumento resultante do reforço de adiantamentos por conta de arranjos a decorrer em viaturas usadas, nomeadamente da BMW e Peugeot (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

### 32. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. O saldo apresentado é relativo, essencialmente a acções judiciais e respectivos encargos.

Em 2012 foram gerados pagamentos de 49.160 euros.

Em 31 de Dezembro de 2013 o valor provisionado ascendeu aos 82.490 euros (2012: 117.057 euros).

---

### 33. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVLIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

#### Capital

##### i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital accionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2013 e 2012, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa óptica mensal. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R de 27 de Abril e a Norma Regulamentar 12/2008-R de 30 de Outubro do Instituto de Seguros de Portugal, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2013 com um montante de Capitais próprios de 28,2 milhões de euros, valor que é inferior ao valor registado em 2012, que se cifrou em 28,8 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela desvalorização cambial dos investimentos detidos no Brasil e conseqüentemente redução da Reserva de reavaliação – De diferenças de câmbio de (3,07) milhões de euros e pela distribuição de um dividendo antecipado no montante de 900 milhares de euros.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 520% e 525% em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Entidade	Número de acções		
	2013	2012	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Martin Vial	3	6	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
Paolo Vagnone	3	-	0,00%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100,00%</u>

### Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

### Reservas

#### i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 1.262.931 euros (2012: 979.135 euros).

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta rubrica contempla ainda o valor da reserva legal das entidades consolidadas pelo método integral.

#### ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva de reavaliação ascendia a 879.459 euros (2012: 1.316.897 euros).

As reservas de reavaliação de diferenças de câmbio reflectem os ajustamentos decorrentes da conversão da moeda funcional das contas individuais para o Euro relativas às empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva de reavaliação de diferenças de câmbio ascendia a (2.766.606) euros (2012: 299.410 euros).

### iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva por impostos diferidos ascendia a (233.057) euros (2012: (348.978) euros). Ver nota 27.

### Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2013	2012
Resultado líquido atribuível aos accionistas	6.185.938	6.199.737
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	<u>4,12</u>	<u>4,13</u>

### Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 27 de Março de 2013 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2012:

Reserva Legal	285.808 euros
Dividendos	2.500.000 euros
Resultados Transitados	3.413.929 euros

O valor distribuído por acção corresponde a 1.67 euros por acção.

#### 34. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2013	2012
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	996	955
Europ Assistance Macau, Lda.	13.820	14.437
Europ Assistance Argentina, S.A.	386.846	438.852
	<u>401.662</u>	<u>454.244</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	641	646
Europ Assistance Macau, Lda.	14	14
Europ Assistance Argentina, S.A.	85.367	121.903
	<u>86.022</u>	<u>122.563</u>

#### 35. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.  
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2013:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	108.835	-	100.656
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	ROYALTIES	(83.522)	157.391	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	(495.491)	534.193	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	11.870.513
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	COMISSÕES	-	1.192.666	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	42.120	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES, S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	88.350	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	340.111
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	38.766

Ano de 2012:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	150.914	-	115.357
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	133.488	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	640.884	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	12.782.327
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	-	1.521.573	-
Progrebior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	554.007	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	193.071	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	(221.321)	221.321	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	317.156	-	599.134
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	39.536

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver nota 9.

### 36. GESTÃO DOS RISCOS – (VALORES RETIRADOS DO ANEXO INDIVIDUAL DA COMPANHIA)

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados. Neste âmbito, é reportado anualmente desde 2008 o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao n.º 1 do art.º 19.º da Norma Regulamentar 14/2005-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

#### **Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos**

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Companhia.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objectivos, a delegação de autoridades, a monitorização

financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às acções correctivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- **Risco de crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.
- **Risco de mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos activos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das acções, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de commodities (ex: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do activo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre activos e passivos.
- **Risco de liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.
- **Risco cambial:** O risco é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco traduz-se essencialmente na exposição resultante das participações detidas pela sua filial

Ponte Alta no Brasil, Argentina e Chile. O impacto das variações no real é reflectido directamente no justo valor da participação.

### 36.1 RISCOS DE SEGURO

**Gestão do risco específico de seguros:** Este risco é aplicável a todos os ramos de actividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de emissão de prémios e resseguro:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.

- **Risco de Subscrição:** risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco.

- **Risco de Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

- **Gestão dos Processos de Sinistro:** risco associado à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na base de dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2013		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	21	55	-61,82%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	452.256	434.032	4,20%
Protecção jurídica	1.949	1.821	7,03%
Perdas pecuniárias diversas	1.664	1.198	38,90%
<b>Total</b>	<b>455.890</b>	<b>437.106</b>	<b>4,30%</b>

	2012		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	9	71	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	419.745	448.165	-6,34%
Protecção jurídica	1.880	1.829	2,79%
Perdas pecuniárias diversas	936	1.281	-26,93%
<b>Total</b>	<b>422.570</b>	<b>451.346</b>	<b>-6,38%</b>

	2013	2012
Número de apólices (Seguro directo)	566	702
Rácio de sinistralidade	81,08%	79,35%

Sendo a actividade da Companhia em 2013 cerca de 93% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2012: 92%).

Análise de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2013	2012
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(2.150)	(2.034)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(751)	(806)

## 36.2 RISCOS FINANCEIROS

### Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores é considerada residual pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,66 % do total de prémios de Seguro Directo em 2013 (2012: 2,85%) e 0,20% do total de prémios brutos emitidos (2012: 0,22%) pelo que consideramos o risco residual.

Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos ao risco de incumprimento da contraparte. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 68,89% do total (2012: 63,37%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado Group Risk Guidelines (GRG)).

O investimento em activos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Salvar um retorno adequado, respeitando a estabilidade financeira e uma gestão sã e prudente da Companhia;
- Privilegiar as transacções sobre activos cotados;
- Respeitar os princípios de dispersão e diversificação;

A política de investimento definida estabelece limites relativos à alocação por categoria de activo, bem como estabelece limites dos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro.

A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direcção Administrativa e Financeira. A monitorização do cumprimento da política de investimento é efectuada numa base mensal sendo reportada à empresa-mãe trimestralmente.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emiteente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Rating	(em milhares de euros)			
	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
AAA	22,07%	6.430	31,19%	9.080
AA	19,33%	5.631	18,59%	5.412
A	37,20%	10.834	31,95%	9.301
BBB	19,93%	5.806	15,99%	4.656
BB	1,46%	426	2,27%	661
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	29.128	100,00%	29.110

Verificamos acima que cerca de 78,60% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2012: 81,73%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2013			2012		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	0,00%	-	-	2,33%	781	-
Bens Consumíveis	3,58%	1.240	-	0,00%	-	-
Energia	3,13%	1.083	-	7,38%	2.474	-
Financeiro	40,56%	14.043	-	30,80%	10.324	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Pública	13,37%	4.629	-	14,90%	4.993	-
Industrial	16,34%	5.659	-	18,20%	6.100	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	9,83%	3.405	-	13,96%	4.680	-
Outros	13,18%	4.562	-	12,42%	4.163	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>34.621</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.514</b>	<b>-</b>

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2013	Peso
Alemanha	3.151.815	68,08%
Finlandia	1.166.836	25,20%
Itália	310.898	6,72%
<b>Total</b>	<b>4.629.550</b>	<b>100,00%</b>

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2012	Peso
Alemanha	3.476.844	69,64%
Finlandia	1.216.804	24,37%
Itália	298.966	5,99%
<b>Total</b>	<b>4.992.614</b>	<b>100,00%</b>

---

## Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de *spread* e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2013 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os activos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, A Europ Assistance, detém os seguintes activos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	31-12-2013		
	Nível 1	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	4.629.550	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.452.213	-	4.452.213
De outros emissores	20.046.114	-	20.046.114
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.561.849	931.677	5.493.526
	<u>33.689.726</u>	<u>931.677</u>	<u>34.621.403</u>
	31-12-2012		
	Nível 1	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	4.992.614	-	4.992.614
De outros emissores públicos	5.752.384	-	5.752.384
De outros emissores	18.605.454	-	18.605.454
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.273.878	889.320	4.163.198
	<u>32.624.330</u>	<u>889.320</u>	<u>33.513.650</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Nos exercícios de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	11	831.799
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	57.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	11	889.320
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	42.357
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	11	931.677

O investimento classificado como nível 3 reflecte a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste activo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

No exercício de 2013 e 2012 não ocorreram transferências de activos financeiros entre os diferentes níveis.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2013 é de 9,75% (2012: 9%) do total da carteira de investimentos.

#### Análises de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2013	2012
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(312)	(189)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

### Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2013	2012
Taxa de Juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(484)	(731)

### Riscos de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2013	Var %	2012
Liquidez (1)	1,07	2,77%	1,04

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

### 36.3 OUTROS RISCOS

**Gestão do risco operacional:** Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2013 a taxa de saída de empregados foi de 5,59, apresentando um decréscimo de 19,34% relativamente a 2012 (6,93). A taxa de absentismo em 2013 foi de 2,65, apresentando um acréscimo de 10,42% relativamente a 2012 (2,40). O número de empregados decresceu 4,26% face a 2012, situando-se nos 315, em 31 de Dezembro de 2013.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2013	2012	Variação percentual
Rádios de recursos humanos			
Taxa de saída	5,59	6,93	-19,34%
Taxa de absentismo	2,65	2,40	10,42%
Nº médio de empregados	322	335	-3,88%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	23.319	24.048	-3,03%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	1,86	2,88	-35,46%
Despesas gerais / Prémios	14,33%	15,38%	-6,82%

**Gestão do risco estratégico:** riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2013 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (12%). No mercado segurador observa-se um crescimento de 31,81% no ramo Vida e uma ligeira queda de 4,01% nos ramos não Vida.

fonte: Acap

	2013*	Variação percentual	2012	Variação percentual	2011
Total mercado automóvel	126.684	12%	113.411	-41%	191.362

\* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

**Quadro 1 - Produção\* de seguro direto em Portugal - Mercado**

fonte: ISP

Valores expressos em milhões de Euros

	2013*	Varição percentual	2012*	Varição percentual	2011
Vida	9.245	31,81%	7.014	-6,89%	7.533
Não Vida	3.858	-4,01%	4.019	-2,33%	4.115
<b>TOTAL</b>	<b>13.103</b>	<b>27,80%</b>	<b>11.033</b>	<b>-9,22%</b>	<b>11.648</b>

\* Valores provisórios

**Quadro 2 - Produção\* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)**

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2013*	Varição percentual	2012*	Varição percentual	2011
<b>Não Vida</b>					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	511.158	-8,05%	555.892	-10,61%	621.878
Doença	570.554	3,23%	552.697	3,22%	535.470
Acidentes (outros)	150.749	-1,91%	153.687	4,84%	146.595
Incêndio e Outros Danos	760.470	-0,86%	767.038	-0,22%	768.766
Automóvel	1.478.229	-5,81%	1.569.405	-5,40%	1.658.962
Marítimo e Transportes	31.611	-1,24%	32.009	16,03%	27.588
Aéreo	7.326	-11,15%	8.245	-27,53%	11.377
Mercadorias Transportadas	24.677	-1,02%	24.931	-5,57%	26.401
Responsabilidade Civil Geral	106.324	-6,62%	113.857	-0,18%	114.061
Diversos	217.205	-10,01%	241.364	18,33%	203.982
<b>TOTAL</b>	<b>3.858.303</b>	<b>-4,00%</b>	<b>4.019.125</b>	<b>-2,33%</b>	<b>4.115.080</b>

\* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

**Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado**

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2013*	Peso	2012*	Peso	2011
<b>Não Vida</b>					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	513.535	13,15%	557.811	13,74%	621.878
Doença	572.060	14,64%	554.002	13,64%	535.470
Acidentes (outros)	156.225	4,00%	157.685	3,88%	146.595
Incêndio e Outros Danos	776.065	19,87%	785.616	19,35%	768.766
Automóvel	1.485.472	38,03%	1.572.535	38,73%	1.658.962
Marítimo e Transportes	31.609	0,81%	32.131	0,79%	27.588
Aéreo	7.341	0,19%	8.260	0,20%	11.377
Mercadorias Transportadas	24.983	0,64%	25.235	0,62%	26.401
Responsabilidade Civil Geral	108.676	2,78%	116.563	2,87%	114.061
Diversos	230.473	5,90%	250.902	6,18%	203.982
<b>TOTAL</b>	<b>3.906.439</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.060.740</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.115.080</b>

\* Valores provisórios

fonte: ISP / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2013 Proj	2012	Var %	2011	Var %
Europ Assistance	35%	35%	0,0%	34%	2,9%
Cares	30%	30%	0,0%	32%	-6,3%
Inter Partner	12%	12%	0,0%	10%	20,0%
Mondial Assistance	7%	8%	-12,5%	8%	0,0%
	<b>84%</b>	<b>85%</b>	<b>-1,2%</b>	<b>84%</b>	<b>1,2%</b>

### 37. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2013 e 2012 apresenta-se de seguida:

	2013	2012 (reexpresso)	2012
Capital	7.500.000	7.500.000	7.500.000
Reservas	48.311.512	43.892.742	4.635.660
Resultados Transitados	89.566	71.839	71.839
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	439.741	297.475	297.475
<b>Valor de Balanço</b>	<b>56.340.819</b>	<b>51.762.056</b>	<b>12.504.974</b>
Ajustamentos	(68.228)	(84.304)	(84.304)
Margem de Solvência disponível	56.272.591	51.677.752	12.420.670
Margem de Solvência requerida	10.824.757	9.767.620	9.767.620
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>519,85%</b>	<b>529,07%</b>	<b>127,16%</b>

O crescimento do rácio de solvência deve-se fundamentalmente à alteração da política contabilística relativa aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. O impacto do aumento do Capital Próprio decorrente da classificação ao justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos gera um impacto positivo na Reserva de reavaliação em 2013 e 2012 no montante de 43.717.622 euros e 39.257.082 euros, respectivamente.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

### 38. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 810.137 euros para Locarent e Leaseplan (2012: 842.239 euros) e 393.206 euros para HP Finance (2012: 413.279 euros).

	2013		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	810.137	187.560	136.605
Equipamento Informático	393.206	98.127	63.160
<b>Total</b>	<b>1.203.343</b>	<b>285.687</b>	<b>199.766</b>

	2012		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	842.239	199.159	258.481
Equipamento Informático	413.279	148.517	164.533
<b>Total</b>	<b>1.255.518</b>	<b>347.676</b>	<b>423.014</b>

### 39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

#### 40. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

##### 40.1 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE COM EFEITOS NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES ADOPTADAS PELA EMPRESA/GRUPO

###### **IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)**

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

*A norma deve ser aplicada prospectivamente.*

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

##### 40.2 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE SEM EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA/GRUPO

###### **IFRS 7 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros (Emenda)**

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

*A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.*

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)**

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

*A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.*

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Emenda)**

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)**

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à

responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

*A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.*

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011**

#### **IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras**

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

#### **IAS 16 Activos fixos tangíveis**

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de activos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

#### **IAS 32 Instrumentos financeiros**

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

#### 40.3 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2013 e que a empresa/grupo não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

##### **IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)**

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Ainda não endossadas pela UE:

##### **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)**

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de

cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.*

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

## **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

*As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

## **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012**

### ***IFRS 13 Mensuração ao Justo valor***

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

### **IAS 16 Activos fixos tangíveis**

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

### **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas**

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

### **IAS 38 Activos intangíveis**

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os

períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

*As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.*

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013**

#### **IFRS 13 Mensuração ao Justo valor**

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao porfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

#### **IAS 40 Propriedades de Investimento**

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

*As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.*

#### 4. ANEXOS



CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	<b>1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS</b>							
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	Europ Assistance, S.A. (Chile) y Filial	93	2.783			223.350	1.539	143.126
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil)	10.890	2.123			7.149.999	1.344	14.641.169
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	10.983				7.373.349		14.784.295
	total	10.983				7.373.349		14.784.295
	<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>							
	<b>2 - OUTROS</b>							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYESPLM0000	ES-TESOURARIA ATIVA	12.092	1		7,57	91.578	7,58	91.695
	sub-total	12.092				91.578		91.695
	sub-total	12.092				91.578		91.695
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTEDPTOM0035	ELEPOR 6 12-05/2015 - Tx. 6.00%	50.000	1		1,01	50.658	1,03	51.625
PTBSSDOE0002	BRCORO 6.25 12-12/14 - Tx. 6.25%	40.000	1		1,00	39.845	1,02	40.600
PTZONDOE0003	ZONPL 6.85 12-06/15 - Tx. 6.85%	42.000	1		1,00	41.793	1,04	43.701
PTSEMCOE0006	SEMAPL Float 16 - Tx. 1.76%	50.000	1		0,92	45.991	0,95	47.500
PTGALFOE0002	GALPPL Float 18	100.000	1		1,00	100.010	1,02	102.100
PTSONGOE0009	SONPL 7 12-07/15	36.000	1		1,04	37.267	1,05	37.620
PTPTIHOT0014	PTIPL 5.375 13-05/20	100.000	1		1,00	100.018	1,06	106.167
PTCG32OM0004	CGD 8 11-09/2015 - Tx. 8.00%	50.000	1		1,07	53.408	1,09	54.305
PTMENKOM0001	EGLPL 6.85 13-03/16 - Tx. 6.85%	20.000	1		1,01	20.271	1,06	21.150
	sub-total	488.000				489.262		504.768
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	ES-EURO BOND EUR	49	1		1.636,36	80.165	1.695,17	83.046
LU0238483688	BLUEBAY-EMER MK LO	396	1		133,33	52.744	116,85	46.225
	sub-total	445				132.910		129.271
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE000A1R0U23	SAPGR 2.125 12-11/19 - Tx. 2.13%	24.000	1		0,91	21.846	1,00	23.997
XS0462951020	BESPLFloat 12/14 - Tx. 1.42%	16.000	1		0,85	13.576	0,97	15.472
DE000A1R0T02	GBFGR 2.375 12-12/19	35.000	1		1,00	34.980	1,01	35.398
FR0011289222	GSZFP 1.5 12-07/17 - Tx. 1.50%	29.000	1		1,00	28.951	1,01	29.328
DE000CZ40HY9	CMZB 3.625 12-07/17 - Tx. 3.63%	27.000	1		1,00	26.981	1,07	28.852
DE000A1KQ1M5	GEAP 4.25 11-04/16 - Tx.4.25%	40.000	1		1,05	42.002	1,06	42.572
IT0004352248	UCGIM Float 08-04/14 - Tx. .15%	20.000	1		0,99	19.844	1,00	19.930
XS0211034466	Goldman Sachs 02/15 - Tx. 2.04%	48.000	1		0,98	46.940	1,00	47.940
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19	28.000	1		1,00	27.896	1,03	28.808
DE000A1R08U3	TKAGR 4 13-08/2018	20.000	1		1,00	19.951	1,05	20.906
DE000A1MA9K8	MEOGR 3.375 12-03/19	36.000	1		1,02	36.712	1,06	38.126
FR0010915116	PEUGOT 5.625 06/15 - Tx. 5.63%	18.000	1		0,99	17.736	1,05	18.896
XS0828235225	LINGR 1.75 12-09/20 - Tx. 1.75%	41.000	1		0,99	40.773	0,98	40.282
XS0229840474	Deutsche Bk 09/22/15 - Tx. .93%	40.000	1		0,97	38.838	0,99	39.725
XS0875796541	DT 2.125 13-01/21 - Tx. 2.13%	25.000	1		0,99	24.802	0,99	24.727
XS0901370691	MS 2.25 13-03/2018 - Tx. 2.25%	32.000	1		1,00	31.871	1,01	32.421
XS0230370339	HSBC Float 09/20 - Tx. .51%	50.000	1		0,97	48.473	0,97	48.688
FR0011485051	MCFP 1.25 13-11/19	50.000	1		1,00	49.772	0,97	48.462
XS0927517911	VW Float 13-05/16	50.000	1		1,00	49.970	1,00	50.076
XS0954684972	TOYOTA 1.8 13-07/20	50.000	1		1,00	49.827	0,98	49.114
XS0953199634	CONGR 3 13-07/18	30.000	1		0,99	29.728	1,05	31.532
XS0963375232	GS 2.625 13-08/2020	30.000	1		1,00	29.929	1,00	29.955
XS0304816076	TITIMFloat 06/16	50.000	1		0,96	47.971	0,96	48.049
XS0231555672	JP Morgan Float /15	50.000	1		0,99	49.547	0,99	49.444
XS0303074883	Citigroup Var 05/17	50.000	1		0,96	47.954	0,97	48.613
FR0011568963	RENAUL3.625 13-09/18 - Tx. 3.63%	50.000	1		1,04	51.846	1,03	51.385
XS0982774399	RENEPL 4.75 13-10/20 - Tx. 4.75%	100.000	1		1,00	99.845	1,04	103.771
XS0912992160	ODGR 1.875 13-11/18	42.000	1		0,99	41.654	0,99	41.721
DE000A1X3GC3	DAIGR 1.5 13-11/2018	40.000	1		1,00	39.904	1,00	39.918
XS0993219970	BNPFloat 13-11/15	50.000	1		1,00	49.985	1,00	49.985
XS0282583722	Morgan Stanley 01/17	50.000	1		0,98	49.215	0,99	49.285
XS0996734868	OMVAV 1.75 13-11/19	50.000	1		1,00	49.753	0,99	49.667
XS0997941199	SDFGR 3.125 13-12/18	30.000	1		1,00	29.933	1,02	30.660
XS0132563577	BESPL 6.09 01-07/15 - Tx. 6.09%	34.000	1		1,02	34.674	1,03	34.954
XS0938722237	GLENLN Float 16	30.000	1		0,73	22.042	0,72	21.642
	sub-total	1.365.000				1.345.723		1.364.299
	total Activos financeiros detidos para negociação	1.865.537				2.059.473		2.090.033
	<b>ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS E ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>							
	<b>2 - OUTROS</b>							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYESPLM0000	ES TESOURARIA ATIVA	83.158	1		7,58	630.490	7,58	630.595
	sub-total	83.158				630.490		630.595
	sub-total	83.158				630.490		630.595
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
XS0586598350	ELEPOR5.875 11-02/16	135.000	1		1,00	134.680	1,12	151.848
PTPTIHOT0014	PTIPL 5.375 13-05/20	100.000	1		1,00	100.018	1,07	106.839
XS0982774399	RENEPL 4.75 13-10/20	160.000	1		1,00	159.752	1,05	167.595
	sub-total	395.000				394.450		426.282
	sub-total	395.000				394.450		426.282
	total	478.158				1.024.940		1.056.877

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	ES-EUROPEAN EQ EUR	17.735	1		82	1.459.999	95,08	1.686.216
LU0181996454	FRANK TEMP ASIA-I AC	29.116	1		26	768.292	23,67	689.324
LU0238483688	BLUEBAY-EMER MK LO	6.905	1		119	820.212	116,85	806.867
US78462F1030	STANDARD&POORS DEP	5.600	1		113	634.467	133,72	748.847
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAR	11	50.000		53.699	576.405	86.796,81	931.677
	sub-total	<b>59.367</b>				<b>4.259.375</b>		<b>4.862.931</b>
	sub-total	<b>59.367</b>				<b>4.259.375</b>		<b>4.862.931</b>
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
FI4000047089	RFGB1.625 12-09/22	1.200.000	1		0,99	1.190.085	0,97	1.166.836
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	2.230.000	1		1,04	2.321.297	1,06	2.363.407
IT0004809809	CCTS Float 06/15/17	300.000	1		0,97	290.739	1,04	310.898
DE0001102309	DBR 1.5 13-02/23	800.000	1		1,01	806.199	0,99	788.408
	sub-total	<b>4.530.000</b>				<b>4.608.320</b>		<b>4.629.550</b>
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0676294696	EIB 2.75 11-09/2021	1.000.000	1		1,02	1.021.510	1,06	1.063.662
EU000A1G0AK5	EFSF 2 12-05/2017	800.000	1		1,00	802.192	1,05	841.642
EU000A1GV187	EU 2.375 11-10/2018	1.000.000	1		1,03	1.028.510	1,07	1.067.656
XS0671138377	COE 2.875 11-08/21	400.000	1		0,99	397.778	1,08	431.712
DE000A1MBB62	KFW 1.875 12-03/2019	1.000.000	1		1,00	998.578	1,05	1.047.542
	sub-total	<b>4.200.000</b>				<b>4.248.567</b>		<b>4.452.213</b>
	2.2.2.3 - De outros emissores							
FR0011156017	AUCHAN 3 11-12/2016	400.000	1		1,00	399.674	1,06	424.113
DE000A1MA9K8	MEOGR 3.375 12-03/19	300.000	1		1,02	306.223	1,09	326.179
XS0789283792	AALLN 2.75 12-06/19	250.000	1		0,99	247.850	1,02	254.046
XS0747743937	BPLN 2.177 12-02/16	500.000	1		1,00	500.003	1,05	523.428
FR0011119460	SUFP 3.5 11-01/19	300.000	1		0,99	298.308	1,11	333.012
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19	400.000	1		1,00	398.513	1,04	415.110
XS0820869948	KBC 3 12-08/16	300.000	1		1,00	299.228	1,06	316.876
FR0011347608	SAGESS 1.75 12-10/19	500.000	1		1,00	498.072	1,01	504.943
XS0229840474	Deutsche Bk 09/22/15	300.000	1		0,97	289.595	0,99	298.005
XS0857215346	XTALN 2.375 12-11/18	300.000	1		1,00	299.017	1,01	303.970
XS0866278921	CAFP 1.875 12-12/17	300.000	1		1,00	299.065	1,01	303.653
XS0245166367	Ge Cap Eur Fund /16	500.000	1		0,99	493.241	0,99	497.180
XS0901370691	MS 2.25 13-03/2018	500.000	1		0,99	496.238	1,03	515.637
XS0828235225	LINGR 1.75 12-09/20\	300.000	1		1,02	304.875	0,99	296.257
FR0011485275	ARRFP Float 13-01/16	300.000	1		1,00	300.067	1,01	302.844
XS0927517911	VW Float 13-05/16	500.000	1		1,00	499.703	1,00	501.222
XS0230370339	HSBC Float 09/20	400.000	1		0,97	387.265	0,97	389.507
USG81877AB17	SINOPE1.875 13-04/18	300.000	1		0,77	230.100	0,71	211.753
XS0925003732	EIBKOR 2 13-04/2020	500.000	1		1,00	499.473	0,98	489.592
XS0931455777	VLVY FL 13-05/2016	300.000	1		1,00	300.009	1,01	301.972
XS0937887379	NOMURA1.875 13-05/18	500.000	1		0,97	485.903	0,99	495.448
FR0011536614	VIVFP 2.375 13-01/19	600.000	1		1,00	597.601	1,01	604.540
XS0503833344	CBAAU Float 06/01/16	400.000	1		0,98	392.908	0,98	391.694
XS0301885603	JPM Float 07-05/17	500.000	1		0,98	489.819	0,99	493.710
XS0956253636	ABNANVFloat 13-08/16	400.000	1		1,00	400.061	1,00	401.423
XS0211034466	Goldman Sachs 02/15	400.000	1		1,00	399.499	1,00	399.935
XS0303074883	Citigroup Var 05/17	350.000	1		0,96	335.647	0,97	340.561
DE0001397081	DPB Float 11/15	350.000	1		0,98	344.565	0,99	348.166
FR0010469858	Cred.Logement 06/17	500.000	1		0,96	480.876	0,97	487.079
XS0965489239	SPAROG2.125 13-02/19	500.000	1		1,00	498.045	1,00	501.938
DE000A1TNK78	DAIGR Float 13-10/16	500.000	1		1,00	500.086	1,00	500.609
XS0969365591	KBC 2.125 13-09/18	400.000	1		1,00	399.132	0,98	393.704
USU65478AJ57	NSANY Float 13-09/16	370.000	1		0,74	274.016	0,73	269.610
XS0976558634	ANZ Float 13-10/16	500.000	1		1,00	500.270	1,00	500.018
XS0982246372	LLOYDSFloat 13-10/15	500.000	1		1,00	499.813	1,00	500.801
XS0983548321	CBAAU Float 13-10/16	400.000	1		1,00	399.996	1,00	399.917
XS0989165716	BMO FL 13-11/16	400.000	1		1,00	400.030	1,00	400.305
XS0995417846	STANLN1.625 13-11/18	500.000	1		1,00	497.576	0,98	492.173
XS0995382446	SLB 1.5 13-03/2019	500.000	1		1,00	499.362	0,99	496.427
XS0993228294	DSM 1.75 13-11/19	400.000	1		1,00	399.836	0,99	397.197
XS0993219970	BNPFloat 13-11/15	405.000	1		1,00	404.876	1,00	405.158
XS0993266625	GIS 2.1 13-11/20	400.000	1		1,00	399.915	0,99	395.811
XS0994949567	RABOBKFloat 13-11/16	500.000	1		1,00	500.032	1,00	500.114
XS0282583722	Morgan Stanley 01/17	350.000	1		0,98	344.505	0,99	345.473
XS0996734868	OMVAV 1.75 13-11/19	300.000	1		1,00	298.516	0,99	298.520
XS1000208154	NYKRE FL 13-06/16	400.000	1		1,00	399.772	1,00	399.684
XS1003241996	MDLZ Float 06/15	300.000	1		1,00	300.005	1,00	301.008
XS0306992545	INTNED Float 07/17	425.000	1			305.906		297.721
XS0938722237	GLENLN Float 16	487.000	1		0,74	357.963	0,72	351.790
	sub-total	<b>19.987.000</b>				<b>19.453.048</b>		<b>19.619.832</b>
	sub-total	<b>28.717.000</b>				<b>28.309.935</b>		<b>28.701.595</b>
	total	<b>28.776.367</b>				<b>32.569.310</b>		<b>33.564.526</b>
	3 - TOTAL GERAL	<b>31.131.044</b>				<b>43.027.072</b>		<b>51.495.731</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	-	-	-	-
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	600	-	-	(600)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	759.135	439.865	505.016	185.746
ASSISTÊNCIA	5.335.196	4.193.472	1.048.362	(93.363)
DIVERSOS	76.200	37.682	-	(38.518)
<b>TOTAL</b>	<b>6.171.131</b>	<b>4.671.019</b>	<b>1.553.377</b>	<b>53.265</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.171.131</b>	<b>4.671.019</b>	<b>1.553.377</b>	<b>53.265</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

\*\* Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 617.112 euros

\*\*\* Os valores apresentados referem-se apenas à entidade Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	1.625	667	(728)	1.564
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	64	-	64
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	425	(344)	81
ASSISTÊNCIA	9.425.040	4.072.470	20.561	13.518.071
DIVERSOS	715.938	209.014	61.539	986.492
TOTAL	10.142.604	4.282.640	81.029	14.506.272
RESSEGURO ACEITE	29.643.028	9.763.647	947.670	40.354.346
TOTAL GERAL	39.785.632	14.046.288	1.028.699	54.860.618

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	13.545	13.036	1.564	1.245	(9.282)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.322	2.234	64	160	(1.874)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	2.386	2.390	81	458	-
ASSISTÊNCIA	18.217.919	18.497.592	13.518.071	3.862.576	(58.310)
DIVERSOS	1.124.803	1.372.721	986.492	12.314	(111.490)
TOTAL	19.360.976	19.887.972	14.506.273	3.876.754	(180.957)
RESSEGURO ACEITE	48.519.553	48.752.520	40.354.346	6.946.222	(40)
TOTAL GERAL	67.880.528	68.640.492	54.860.619	10.822.976	(180.996)

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Certificação Legal das Contas Consolidadas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 69.223.042 Euros e um total de capital próprio de 28.222.558 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.185.938 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações no Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 30 de Abril de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Registada na CMVM com o n.º 9011  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Exmos. Senhores Accionistas da  
EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

Em conformidade com a legislação em vigor e, dando cumprimento ao disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal, no âmbito do mandato que lhe foi conferido, vem apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas explicativas integrantes daquelas demonstrações, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA ou Empresa), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a actividade e os negócios da Empresa, bem como os das suas principais participadas, através da apreciação dos documentos contabilísticos e financeiros relevantes, e também da leitura das actas do Conselho de Administração e de outra documentação que achou oportuna e material, contando sempre, com a inestimável colaboração do Conselho de Administração e da Direcção Financeira da EA.

É grato ao Conselho Fiscal, poder comprovar a dedicação e profissionalismo com que são exercidas as actividades de fiscalização e de controlo de gestão, bem como o empenho dos profissionais envolvidos, em dar

seguimento ao crescimento sustentado que o Grupo EA vem registando nos últimos anos, apesar da alta competitividade do mercado e do desfavorável contexto político-económico.

O Relatório Consolidado de Gestão aborda, de uma forma clara, os principais indicadores financeiros da Empresa, bem como das suas participadas, reportando os principais factos que ocorreram durante o exercício de 2013, permitindo uma clara compreensão da situação actual do Grupo e do ambiente económico-social, no qual aquele se insere.

No exercício fiscal de 2013, cumpriu-se o objectivo estabelecido, de manutenção da posição de liderança no mercado Português de assistência, mantendo-se a base de clientes conquistada, através de um contínuo processo de procura pelas melhores soluções. Em consonância com exercícios anteriores, o Grupo EA procurou diversificar a sua oferta, através da aposta em produtos inovadores e no desenvolvimento das várias linhas de negócio em que actua.

O período foi marcado – para além do já conhecido contexto económico desfavorável que muito penaliza a actividade seguradora – pelo ligeiro acréscimo do rácio de sinistralidade (subida de 1,9%, face a 2012), passando este a cifrar-se em 81,3%.

O resultado consolidado do Grupo ascendeu a € 6.185.938, mantendo-se em linha com o resultado obtido no período homólogo precedente. No que respeita ao volume de negócios, foram emitidos prémios brutos de € 67.880.528, espelhando um ligeiro acréscimo de 2,3%, face ao exercício de 2012. Por outro lado, os prémios adquiridos, líquidos de resseguro, cresceram, em 2013, cerca de 4,9%, para € 68.356.490. Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, conheceram uma variação semelhante, tendo aumentado 5,2%, para € 54.757.613.

Em linha com a estratégia de racionalização de custos e de optimização dos recursos, levada a efeito no seio do Grupo, ao longo dos últimos exercícios, o número de colaboradores (em média), foi reduzido de 563, em 2012, para 555, em 2013.

Por outro lado, o Grupo manteve uma estratégia prudente no que se refere à política de investimentos, com a sua carteira de investimentos composta, maioritariamente, por obrigações (85%), e pouco exposta a títulos de elevada volatilidade, como as acções (apenas 9%).

No âmbito da actuação do Grupo, ao nível do mercado interno, destaca-se o incremento obtido ao nível do volume de negócios da EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A., em 13,1%, tendo-se cifrado em cerca de € 3,6 milhões, não obstante o resultado líquido do exercício, de € 642 mil, se ter mantido em linha com o registado no período antecedente.

A companhia de Seguros (EA) atingiu um volume de prémios brutos emitidos, na ordem dos 52,4 milhões – em linha com o exercício de 2012 – tendo, no entanto, o resultado líquido crescido, aproximadamente, 38%, para € 4,04 milhões, em muito decorrente da melhoria ocorrida ao nível do resultado financeiro, decorrente do recebimento de importantes valores de dividendos das filiais.

Quanto à actuação do Grupo, no mercado externo, cumpre relevar o bom desempenho verificado, transversalmente, pelas filiais sul americanas. A filial Argentina reforçou, novamente, a sua quota de mercado, através da conquista de novos clientes que trazem boas expectativas de negócio para o futuro. No que se refere à entidade Brasileira, apresentou um crescimento do volume de negócios de 8,8% (para € 146 milhões), bem como do resultado líquido, que ascendeu a € 5,6 milhões (incremento de 6,3%). Finalmente, é de destacar o importante crescimento do volume de negócios da filial Chilena (cerca de 63%), que se cifrou em € 7,2 milhões, no ano de 2013.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal analisou também as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas, das quais constam a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas. Da análise realizada, o Conselho Fiscal comprovou a aderência dos princípios contabilísticos utilizados na preparação dos supra citados documentos, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, e que os mesmos reportam de forma apropriada, os aspectos materialmente relevantes sobre a posição financeira consolidada.

Da análise ao Relatório Consolidado de Gestão e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Conselho Fiscal constatou que estes documentos obedecem às disposições legais e estatutárias aplicáveis e reportam de forma fidedigna os aspectos mais relevantes que caracterizam a actividade do Grupo, bem como os principais indicadores financeiros. O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, relativa ao exercício de 2013, datada de hoje, 30 de Abril de 2014, emitida sem reservas por Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pela Senhora Dr.ª Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC.

Os documentos de prestação de contas consolidadas supra referidos, lidos em conjunto com a Certificação Legal sobre as Contas Consolidadas, com cujo conteúdo concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Grupo e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, o Conselho Fiscal é de Parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio

Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

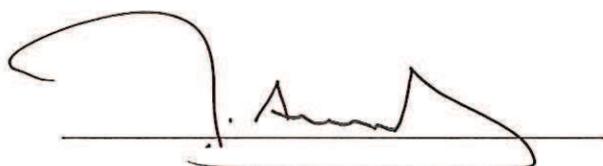
O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração que foi prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 30 de Abril de 2014

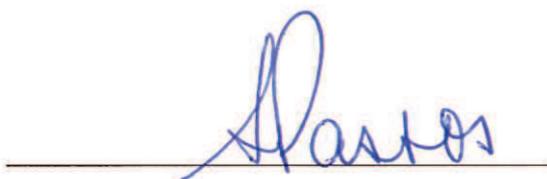
O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro – *Presidente*



João Alberto Monarca Pires – *Vogal*



Adelaide Odete Santos Botelho Passos – *Vogal*



**Europ Assistance Portugal**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar  
1070-061 Lisboa

[www.europ-assistance.pt](http://www.europ-assistance.pt)